



Demonstrações Contábeis Consolidadas do  
Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2021

**SUMÁRIO**

<b>Demonstrações Contábeis</b>	BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	5
	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	7
<b>Notas explicativas às Demonstrações Contábeis</b>	1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
	3. CONSOLIDAÇÃO .....	11
	4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	12
	5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS .....	12
	6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	19
	7. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS .....	26
	8. OUTROS CRÉDITOS .....	35
	9. OUTROS VALORES E BENS .....	35
	10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES .....	36
	11. FAT – DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS .....	39
	12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS .....	40
	13. OUTRAS OBRIGAÇÕES .....	40
	14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS .....	41
	15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	43
	16. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	46
	17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS .....	47
	18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	54
	19. PARTES RELACIONADAS .....	56
	20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E RESULTADO RECORRENTE.....	62
	21. GESTÃO DE RISCOS.....	64
	22. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	74
	23. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	76
	24. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES .....	77
	25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	77
	26. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	78
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO .....	94	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL .....	95	

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>243.079.105</b>	<b>269.965.716</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4</b>	<b>435.268</b>	<b>465.524</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>	<b>4</b>	<b>94.864.308</b>	<b>96.655.970</b>
Aplicações em moedas estrangeiras	4	309.918	499.825
Aplicações em operações compromissadas	4	94.554.390	96.155.268
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	-	877
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>6</b>	<b>74.818.103</b>	<b>100.400.722</b>
Cotas de fundos de investimento	6.1 e 6.3	1.485.315	461.942
Títulos públicos	6.1	70.942.671	84.664.318
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	71.189	67.803
Ações	6.1 e 7.1	686.655	10.045.547
Debêntures para negociação		27.093	-
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	388.904	4.013.153
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	423.786	734.113
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(3.335)	(4.768)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	78	31.921
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	795.747	386.693
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>5</b>	<b>37.075.654</b>	<b>36.670.392</b>
Repasse interfinanceiros	5	37.257.412	36.873.294
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(181.758)	(202.902)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>5</b>	<b>28.895.879</b>	<b>29.102.535</b>
Operações de crédito	5	30.775.492	31.006.712
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.879.613)	(1.904.177)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>5.707.633</b>	<b>5.374.345</b>
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	46.886	48.364
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	(36.187)	(41.922)
Direitos recebíveis	5.9	966.242	126.212
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(964.174)	(125.018)
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	15.3	356.582	94.737
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		132.415	227.301
Devedores por depósito em garantia		98.919	60.457
Pagamentos a ressarcir		115.774	69.845
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	4.549.390	4.295.530
Diversos		441.786	618.839
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>9</b>	<b>1.282.260</b>	<b>1.296.228</b>
Despesas antecipadas		1.280.074	1.293.242
Outros valores e bens		1.187	2.986
Ativos não financeiros mantidos para venda		999	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>494.127.976</b>	<b>508.376.259</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>482.086.052</b>	<b>497.243.903</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>6</b>	<b>85.677.998</b>	<b>88.104.969</b>
Ações	6.1 e 7.1	50.940.167	54.739.405
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	4.410.706	3.921.372
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	1.968.220	2.989.548
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(10.990)	(17.558)
Títulos públicos	6.1	16.705.647	21.633.634
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	9.678.240	2.260.222
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	151.704	-
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	149.457	748.467
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.3	1.684.847	1.829.879
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>5</b>	<b>124.153.505</b>	<b>130.253.088</b>
Repasse interfinanceiros	5	125.240.821	131.518.532
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.087.316)	(1.265.444)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>5</b>	<b>249.414.352</b>	<b>250.919.630</b>
Operações de crédito	5	266.000.502	267.567.859
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(16.586.150)	(16.648.229)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>22.838.909</b>	<b>27.966.216</b>
Créditos tributários	15.2	18.923.879	20.853.756
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	598.295	1.060.812
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	(461.761)	(919.522)
Direitos recebíveis	5.9	52.842	809.180
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(48.763)	(800.673)
Créditos perante o Tesouro Nacional	19.2.1	2.033.029	1.334.031
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	496.503	4.416.291
Incentivos fiscais		29.298	21.927
Devedores por depósitos em garantia		763.834	742.902
Cessão de direitos de capitalização		430.503	430.503
Diversos		21.250	17.009
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>9</b>	<b>1.288</b>	<b>-</b>
Ativos não financeiros mantidos para venda		1.288	-
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>7</b>	<b>11.935.261</b>	<b>11.014.047</b>
Participações em controladas e coligadas	7.2	11.793.115	10.868.901
Participações em outras empresas	7.3	100.000	103.000
Outros investimentos	7.4	42.146	42.146
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>100.532</b>	<b>107.259</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>6.131</b>	<b>11.050</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>737.207.081</b>	<b>778.341.975</b>

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	2021	2020
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>81.165.166</b>	<b>84.506.440</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS</b>		<b>1.011.356</b>	<b>1.050.935</b>
Depósitos especiais - FAT	11.2	939.667	1.027.032
Depósitos interfinanceiros		71.158	23.392
Diversos		531	511
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO</b>		<b>39.825.117</b>	<b>40.521.542</b>
Obrigações por operações compromissadas	12	39.825.117	40.521.542
<b>OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS</b>	<b>14.1</b>	<b>1.423.552</b>	<b>445.113</b>
Debêntures	14.1	369.870	445.113
Letras Financeiras	14.2	1.053.682	-
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES</b>	<b>10</b>	<b>13.792.663</b>	<b>17.445.018</b>
Empréstimos no país	10.1	445.660	441.325
Empréstimos no exterior - Bônus	10.1	129.930	118.319
Repasse no país		10.444.759	14.117.421
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	8.138.152	11.967.434
Fundo da Marinha Mercante	10.1	2.306.607	2.149.987
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	2.772.314	2.767.953
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>16.492.387</b>	<b>17.719.134</b>
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	8.328.770	8.200.175
Impostos e contribuições sobre o lucro	15.1	4.252.772	2.177.379
Outros impostos e contribuições		243.661	244.129
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18	-	4.911.855
Provisões trabalhistas e cíveis	16	754.486	2.030
Passivo atuarial - PBB	17.1.1	363.885	277.792
Vinculadas ao Tesouro Nacional		3.880	16.354
Passivo atuarial - PAS	17.1.2	72.407	63.637
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	46.206	12.701
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2	422.439	495.508
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		96.942	-
Diversas	13.4	1.906.939	1.317.574
<b>DÍVIDAS SUBORDINADAS</b>		<b>7.562.220</b>	<b>6.068.900</b>
FAT constitucional	11.1	7.562.220	6.068.900
Outras dívidas subordinadas		7.562.220	6.068.900
<b>INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL</b>	<b>19.2.3</b>	<b>1.057.871</b>	<b>1.255.798</b>
Secretaria do Tesouro Nacional		1.057.871	1.255.798
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>507.005.915</b>	<b>545.294.042</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS</b>		<b>5.701.597</b>	<b>6.154.837</b>
Depósitos especiais - FAT	11.2	5.701.597	6.154.837
<b>OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS</b>	<b>14</b>	<b>734.886</b>	<b>2.111.520</b>
Debêntures	14.1	734.886	1.107.070
Letras Financeiras	14.2	-	1.004.450
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES</b>	<b>10</b>	<b>148.421.595</b>	<b>205.884.653</b>
Empréstimos no país	10.1	2.387.290	2.751.055
Empréstimos no exterior - Bônus	10.1	8.877.833	8.267.259
Repasse no país		115.538.570	170.622.004
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	93.179.941	146.496.407
Fundo da Marinha Mercante	10.1	21.722.720	23.674.444
Outros		635.909	451.153
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	21.617.902	24.244.335
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>18.992.081</b>	<b>29.404.635</b>
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	538.718	541.574
Passivo atuarial - PBB	17.1.1	1.556.803	3.201.877
Provisões trabalhistas e cíveis	16	1.164.474	1.759.617
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	3.275	3.570
Passivo atuarial - PAS	17.1.2	3.561.998	4.745.570
Impostos e contribuições diferidos	15.2	12.135.974	19.150.606
Obrigações por cotas de fundos de investimentos		27.878	-
Diversas	13.4	2.961	1.821
<b>DÍVIDAS SUBORDINADAS</b>		<b>333.151.713</b>	<b>301.738.397</b>
FAT Constitucional	11.1	333.151.713	301.738.397
Outras dívidas subordinadas		291.008.526	254.327.312
Elegível a capital		42.143.187	47.411.085
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<b>4.043</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>18</b>	<b>149.036.000</b>	<b>148.541.493</b>
Capital social		61.842.148	53.983.180
Instrumentos de dívida elegíveis ao capital principal	19.2.3	22.038.976	35.538.976
Reservas de lucros		44.745.760	27.222.715
Reserva legal		7.437.688	5.734.234
Reserva de incentivos fiscais		201.355	201.355
Reserva para futuro aumento de capital		12.946.254	7.858.968
Reserva de equalização de dividendos		24.160.463	13.428.158
Ajustes de avaliação patrimonial		20.409.116	31.796.622
De ativos próprios		17.983.021	29.066.027
De ativos de coligadas e controladas		2.426.095	2.730.595
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>737.207.081</b>	<b>778.341.975</b>

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>31.064.098</b>	<b>54.345.109</b>	<b>48.779.755</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros				
. Moeda nacional		19.856.035	36.625.531	28.389.606
. Moeda estrangeira		5.228.529	4.584.818	11.308.569
Resultado com títulos e valores mobiliários		5.376.831	12.065.914	8.318.580
Rendas com administração de fundos e programas		602.703	1.068.846	763.000
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(20.275.941)</b>	<b>(30.674.458)</b>	<b>(35.623.735)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses				
. Moeda nacional		(17.719.376)	(31.075.838)	(22.017.813)
. Moeda estrangeira		(8.408.342)	(6.686.325)	(17.807.591)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.3	4.089.640	4.301.648	4.434.013
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.10	1.675.012	2.719.325	(945.705)
Reversão (constituição) de provisão		500.100	166.259	(9.449.060)
Recuperação de créditos baixados		1.174.912	2.553.066	8.503.355
Resultado da carteira de câmbio		87.125	66.732	713.361
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.11</b>	<b>10.788.157</b>	<b>23.670.651</b>	<b>13.156.020</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>14.122.620</b>	<b>25.519.797</b>	<b>19.950.189</b>
Resultado com equivalência patrimonial	7.2.1 e 7.2.3	2.858.450	4.276.712	419.951
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		354.822	675.442	956.911
Amortização de ágios		(12.867)	(25.748)	(304.357)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos - renda variável	7	5.283.927	5.271.639	(632.330)
Receita de dividendos	7.1.4	4.424.261	6.430.359	818.321
Receita de juros sobre o capital próprio	7.1.4	1.317.904	1.356.814	1.348.825
Resultado com alienações de títulos de renda variável	7.1.3	1.676.338	12.757.889	22.683.087
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.5.3	(96.282)	(150.650)	363.882
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		657.032	529.753	418.500
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		406.266	109.222	(74.967)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	16	(81.542)	(159.092)	(186.936)
Despesas tributárias		(640.482)	(1.983.882)	(1.660.144)
Despesas com pessoal		(1.098.891)	(2.055.753)	(1.989.930)
Despesas administrativas		(200.951)	(351.074)	(284.409)
Outras receitas operacionais		67.405	81.278	161.102
Outras despesas operacionais		(792.770)	(1.243.112)	(2.087.317)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>24.910.777</b>	<b>49.190.448</b>	<b>33.106.209</b>
Imposto de renda	15.1	(1.838.192)	(6.786.020)	(7.425.858)
Contribuição social	15.1	(1.132.970)	(3.844.819)	(3.757.173)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	15.2	(2.465.994)	(3.168.188)	295.523
<b>RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>		<b>19.473.621</b>	<b>35.391.421</b>	<b>22.218.701</b>
Participação nos resultados		(253.570)	(253.570)	(249.862)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>19.220.051</b>	<b>35.137.851</b>	<b>21.968.839</b>

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>19.220.051</b>	<b>35.137.851</b>	<b>21.968.839</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>	<b>(6.935.682)</b>	<b>(14.851.104)</b>	<b>(8.350.432)</b>
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos próprios	(10.064.232)	(22.757.420)	(17.694.322)
Efeito fiscal	3.751.784	8.547.893	7.096.194
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos de coligadas	56.838	97.469	(17.725)
Ajuste acumulado de conversão - ativos de coligadas	(679.326)	(745.794)	2.130.892
Outros resultados abrangentes - ativos de coligadas	(746)	6.748	134.529
<b>Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>	<b>1.360.738</b>	<b>3.463.598</b>	<b>772.717</b>
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - próprio	1.485.015	3.400.924	751.918
Efeito fiscal	(241.654)	(274.403)	(35.035)
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - de controladas	117.377	337.077	55.834
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(5.574.944)</b>	<b>(11.387.506)</b>	<b>(7.577.715)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>13.645.107</b>	<b>23.750.345</b>	<b>14.391.124</b>

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social		Instrumentos de dívida elegíveis ao capital principal	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Próprios	De coligadas e controladas		
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>		<b>47.249.176</b>	-	<b>35.538.976</b>	<b>4.700.159</b>	<b>201.355</b>	<b>6.734.004</b>	<b>6.551.560</b>	<b>38.947.272</b>	<b>427.065</b>	-	<b>140.349.567</b>
Aumento de capital		6.734.004	-	-	-	-	(6.734.004)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	-	-	(9.881.245)	2.303.530	-	(7.577.715)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.968.839	21.968.839
Destinação do resultado	18.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	-	1.034.075	-	-	-	-	-	(1.034.075)	-
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	7.858.968	-	-	-	(7.858.968)	-
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	-	-	6.876.598	-	-	(6.876.598)	-
. Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.725.110)	(1.725.110)
. Juros sobre capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.186.745)	(3.186.745)
. Juros sobre os instrumentos elegíveis ao capital principal:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Provisão exercício 2020		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.255.798)	(1.255.798)
- Atualização monetária referente a saldos de exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.545)	(31.545)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>53.983.180</b>	-	<b>35.538.976</b>	<b>5.734.234</b>	<b>201.355</b>	<b>7.858.968</b>	<b>13.428.158</b>	<b>29.066.027</b>	<b>2.730.595</b>	-	<b>149.828.836</b>
Mutações no exercício		6.734.004	-	-	1.034.075	-	1.124.964	6.876.598	(9.881.245)	2.303.530	-	9.479.269
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>		<b>53.983.180</b>	-	<b>35.538.976</b>	<b>5.734.234</b>	<b>201.355</b>	<b>7.858.968</b>	<b>13.428.158</b>	<b>29.066.027</b>	<b>2.730.595</b>	-	<b>148.541.493</b>
Aumento de capital	18.1	7.858.968	-	-	-	-	(7.858.968)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	-	-	(11.083.006)	(304.500)	-	(11.387.506)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.137.851	35.137.851
Destinação do resultado	18.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	-	1.703.454	-	-	-	-	-	(1.703.454)	-
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	12.946.254	-	-	-	(12.946.254)	-
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	-	-	10.732.305	-	-	(10.732.305)	-
. Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.755.171)	(4.755.171)
. Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.931.905)	(3.931.905)
. Juros sobre os instrumentos elegíveis ao capital principal:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Provisão exercício 2021		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.057.871)	(1.057.871)
- Atualização monetária referente a saldos de exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.891)	(10.891)
Amortização de instrumento de dívida elegível ao capital principal		-	-	(13.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	(13.500.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>61.842.148</b>	-	<b>22.038.976</b>	<b>7.437.688</b>	<b>201.355</b>	<b>12.946.254</b>	<b>24.160.463</b>	<b>17.983.021</b>	<b>2.426.095</b>	-	<b>149.036.000</b>
Mutações no exercício		7.858.968	-	(13.500.000)	1.703.454	-	5.087.286	10.732.305	(11.083.006)	(304.500)	-	494.507
<b>Em 1º julho de 2021</b>		<b>53.983.180</b>	<b>7.858.968</b>	<b>22.038.976</b>	<b>5.734.234</b>	<b>201.355</b>	-	<b>13.428.158</b>	<b>23.052.108</b>	<b>2.931.952</b>	<b>15.116.080</b>	<b>144.345.011</b>
Aumento de capital	18.1	7.858.968	(7.858.968)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	-	-	(5.069.087)	(505.857)	-	(5.574.944)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.220.051	19.220.051
Destinação do resultado	18.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	-	1.703.454	-	-	-	-	-	(1.703.454)	-
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	12.946.254	-	-	-	(12.946.254)	-
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	-	-	10.732.305	-	-	(10.732.305)	-
. Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.755.171)	(4.755.171)
. Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.931.905)	(3.931.905)
. Juros sobre os instrumentos elegíveis ao capital principal:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Provisão 2º semestre de 2021		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(267.042)	(267.042)
<b>Em 31 de dezembro 2021</b>		<b>61.842.148</b>	-	<b>22.038.976</b>	<b>7.437.688</b>	<b>201.355</b>	<b>12.946.254</b>	<b>24.160.463</b>	<b>17.983.021</b>	<b>2.426.095</b>	-	<b>149.036.000</b>
Mutações no semestre		7.858.968	(7.858.968)	-	1.703.454	-	12.946.254	10.732.305	(5.069.087)	(505.857)	(15.116.080)	4.690.989

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social e participação nos resultados	24.910.777	49.190.448	33.106.209
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(9.547.984)	(11.787.789)	1.467.783
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.675.012)	(2.719.325)	945.705
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	81.542	159.092	186.936
Resultado com equivalência patrimonial	(2.858.450)	(4.276.712)	(419.951)
Amortização de ágios	12.867	25.748	304.357
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	70.334	125.497	161.785
Depreciação	8.380	18.900	20.503
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos – renda variável	(5.283.927)	(5.271.639)	632.330
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	96.282	150.650	(363.882)
<b>Variação de ativos e obrigações</b>	<b>(30.098.394)</b>	<b>(60.893.876)</b>	<b>(12.242.774)</b>
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	(9.354.561)	10.129.633	(6.065.315)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(6.755.479)	10.202.359	(19.527.052)
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	2.000.049	2.872.770	4.021.832
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(22.884.579)	(66.621.567)	(4.763.901)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	10.433.061	(696.425)	35.753.700
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	960.826	(715.629)	(342.358)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(3.163.422)	(8.066.034)	(10.715.719)
. IR e CSLL pagos	(1.334.289)	(7.998.983)	(10.603.961)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>(14.735.601)</b>	<b>(23.491.217)</b>	<b>22.331.218</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
. Adições ao imobilizado	(3.935)	(6.855)	(16.072)
. Baixas do imobilizado	2	24	178
. Adições ao intangível	(424)	(424)	(194)
. Adição em investimentos em coligadas	(274.867)	(339.813)	(9.783)
. Recebimento pela venda de investimentos em coligadas	1.376.240	1.406.256	-
. Resgate de cotas em outras participações e outros investimentos permanentes	3.209	3.209	-
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	1.184.744	1.789.322	330.837
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>2.284.969</b>	<b>2.851.719</b>	<b>304.966</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>			
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	20.255.407	32.906.636	25.277.178
. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(8.616.165)	(13.565.364)	-
. Captações por emissão de letras financeiras	-	-	1.000.000
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(240.798)	(523.692)	(614.459)
. Amortização das obrigações por emissão de letras financeiras	-	-	(2.544.226)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>11.398.444</b>	<b>18.817.580</b>	<b>23.118.493</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.052.188)</b>	<b>(1.821.918)</b>	<b>45.754.677</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	96.351.764	97.121.494	51.366.817
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	95.299.576	95.299.576	97.121.494
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.052.188)</b>	<b>(1.821.918)</b>	<b>45.754.677</b>

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e supervisionada pelo Ministério da Economia.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 24 ou por meio do seu site na internet ([www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)).

### Coronavírus (“COVID-19”)

O ano de 2021 foi caracterizado pelo combate à pandemia do novo coronavírus, com a recuperação do dinamismo econômico acontecendo a partir do avanço na vacinação e das ações anticíclicas colocadas em prática por diferentes países. A retomada aconteceu de forma irregular, sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e de surtos localizados, como ocorreu no quarto trimestre com a propagação da variante ômicron. No Brasil, o avanço da vacinação a partir do segundo trimestre de 2021 trouxe a queda dos casos e óbitos por COVID-19 e, com o aumento da mobilidade e a normalização das atividades econômicas, os impactos positivos chegaram também ao mercado de trabalho. Informações adicionais da carteira de operações de crédito e repasses podem ser observadas na Nota Explicativa n.º 5.6 e 5.8.

Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações. Os valores, por fator de risco, para operações marcadas a mercado no balanço e operações cambiais, apurados utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco, estão divulgados na Nota Explicativa nº 21.1.2, Riscos de Mercado.

A Administração do Banco não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. Não obstante, seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado à COVID-19, de forma a refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente nas demonstrações financeiras, sobretudo acerca de mudanças de avaliação, recuperabilidade de ativos, mensuração do valor justo, passivos atuariais e provisões para perda esperada.

### Ações do Sistema BNDES

O BNDES vem realizando diversas ações anticíclicas contra efeitos econômicos negativos da COVID-19, como a expansão da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas, suspensão temporária de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES – *standstill*, concessão de apoio emergencial à saúde e o programa *Matchfunding* Salvando Vidas, entre outras ações que podem ser conhecidas através do site do BNDES <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contra-coronavirus>.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do BNDES incluem suas subsidiárias integrais, os fundos de investimento financeiros que o BNDES controla direta ou indiretamente (fundos de participação exclusiva) e fundos de investimento em participações detidos pela BNDESPAR em que o BNDES não participa das decisões sobre políticas financeiras e operacionais, mas seu percentual de participação foi considerado relevante para fins de consolidação.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do BNDES foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN n.º 4.280/2013 e a Circular BCB n.º 3.701/2014, atendendo seus propósitos específicos. Têm como base as demais regulamentações do BACEN e CMN, e, as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para fins de consolidação, quando não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.280/2013, o BNDES, como instituição líder do conglomerado, deve divulgar as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial. As subsidiárias integrais, fundos de investimento financeiro de participação exclusiva e os fundos de investimento em participações que compõem o conglomerado prudencial (constantes na nota explicativa n.º 3), os critérios de consolidação e práticas contábeis são os mesmos das utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As instituições financeiras podem compor seu capital principal, no Patrimônio de Referência, com instrumentos que atendam aos requisitos previstos nos artigos 16 a 20 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

O BNDES, seguindo determinação do BACEN, por meio do Ofício BCB/Desup n.º 6323/2015, de 29 de abril de 2015, apresenta e divulga esses instrumentos como item do Passivo em suas demonstrações de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, no padrão contábil brasileiro. No entanto, conforme permitido pelo BACEN, por meio do Ofício BCB/Desup n.º 6256/2015, de 29 de abril de 2015, o BNDES reclassifica esses instrumentos, sendo apresentados e divulgados como item do Patrimônio Líquido nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

### 2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do BNDES (“Demonstrações Financeiras”) foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 21 de fevereiro de 2022. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 24 de fevereiro de 2022.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

### 2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

#### Conformidade

As Demonstrações Financeiras do BNDES foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016 e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para fins de consolidação, quando não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do BNDES.

## Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

## 2.3. Itens significativos que afetaram as Demonstrações Financeiras no exercício corrente

### Variações patrimoniais

Os ativos totais apresentaram redução no exercício explicada, principalmente, pela devolução antecipada de recursos ao Tesouro Nacional.

A carteira de crédito e repasses apresentou redução em relação ao ano anterior, a despeito de um pequeno acréscimo no trimestre. O retorno em montante superior às liberações foi atenuado pela apropriação de encargos contratuais e pelo efeito da variação cambial sobre as operações em moeda estrangeira.

A redução da carteira de participações societárias no período é explicada pela alienação de ações, principalmente de Vale, JBS e Klabin, atenuada pelo maior resultado de equivalência patrimonial no exercício.

Em relação às fontes de recursos, a diminuição do passivo com o Tesouro Nacional decorreu da já mencionada devolução antecipada de recursos, somada a amortizações e pagamento de juros ordinários. Por outro lado, observa-se aumento do saldo do FAT, em que o ingresso ordinário de recursos, somado à apropriação de juros e variação cambial, superou o montante pago a título de juros no período.

Por fim, o patrimônio líquido apresentou crescimento no exercício. O efeito do lucro líquido do ano foi atenuado pelo registro da antecipação de juros sobre capital próprio e dividendos e pela redução do ajuste de avaliação patrimonial da carteira de participações societárias a valor justo, líquida de tributos.

### Variações de resultado

No exercício, o lucro líquido apresentou aumento em relação ao ano anterior, influenciado por: (i) maior resultado com participações societárias devido ao ganho com alienação de ações da Vale, JBS e Klabin, ao recebimento de dividendos e à reversão de *impairment* de Petrobras; (ii) aumento no resultado de intermediação financeira, influenciado por ganho na venda de debêntures da Vale e maior remuneração da tesouraria decorrente do aumento da taxa SELIC, e (iii) reversão de provisão para risco de crédito, em virtude da melhora da classificação de risco de algumas empresas e de recuperações de crédito.

No resultado recorrente do período, que desconsidera, entre outros, os efeitos da provisão para risco de crédito e os resultados não recorrentes de participações societárias, observou-se aumento em relação ao exercício anterior, devido principalmente ao maior resultado com dividendos e juros sobre capital próprio e acréscimo do produto de intermediação financeira.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório da Administração do BNDES.

## 2.4. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

## 2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis aplicadas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.

## 3. CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais, seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva e alguns fundos de investimento em participação cujos percentuais de participação detido pelo BNDES por meio da BNDESPAR foram considerados relevantes para fins de conglomerado prudencial:

### Subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR; e
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME;

### Fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- Fundo BB Juno – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo BB Gaia – Fundo de Investimento de Renda Fixa; e
- Fundo BB Gaia II – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia).

### Fundos de investimento em participações (FIP):

- FIP Amazônia – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia em Empresas Sustentáveis na Amazônia; e
- FIP Inseed FIMA – Fundo de Investimento em Participações INSEED FIMA – Fundo de Inovação em Meio Ambiente Multiestratégia.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Disponibilidades	435.268	465.524
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	94.864.308	96.655.970
Aplicações em operações compromissadas	94.554.390	96.155.268
Aplicações em moedas estrangeiras	309.918	499.825
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	877
<b>Total</b>	<b>95.299.576</b>	<b>97.121.494</b>

(\*) Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

As operações compromissadas (compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão) são operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos federais.

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

Pelo fato do BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações de repasses interfinanceiros realizados por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

O tratamento contábil das operações de crédito e repasses interfinanceiros e da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. Para detalhes, vide Nota Explicativa n.º 26.5.

Conforme previsto no Artigo 6º da Resolução CMN n.º 2.682/1999, a Administração do BNDES, quando pertinente, constitui provisão complementar ao mínimo requerido pela referida Resolução, visando cobrir riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual, entendidas pela Administração como necessárias.

### 5.1. Composição das operações

	2021	2020
<b>Operações de crédito</b>	<b>296.775.994</b>	<b>298.574.571</b>
Circulante	30.775.492	31.006.712
Não circulante	266.000.502	267.567.859
<b>Repasses Interfinanceiros</b>	<b>162.498.233</b>	<b>168.391.826</b>
Circulante	37.257.412	36.873.294
Não circulante	125.240.821	131.518.532
<b>Total</b>	<b>459.274.227</b>	<b>466.966.397</b>
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>		
<b>Operações de crédito</b>	<b>(18.465.763)</b>	<b>(18.552.406)</b>
Circulante	(1.879.613)	(1.904.177)
Não circulante	(16.586.150)	(16.648.229)
<b>Repasses interfinanceiros</b>	<b>(1.269.074)</b>	<b>(1.468.346)</b>
Circulante	(181.758)	(202.902)
Não circulante	(1.087.316)	(1.265.444)
<b>Total</b>	<b>(19.734.837)</b>	<b>(20.020.752)</b>

## 5.2. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas

	2021			2020		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	-	-	-	-	-	-
Outras	400.962.523	58.311.704	459.274.227	406.387.841	60.578.556	466.966.397
<b>Total</b>	<b>400.962.523</b>	<b>58.311.704</b>	<b>459.274.227</b>	<b>406.387.841</b>	<b>60.578.556</b>	<b>466.966.397</b>

## 5.3. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade

	2021	2020
<b>Setor público</b>		
Administração pública	44.157.820	46.731.107
Atividades empresariais		
Indústria	9.985.958	13.223.313
Intermediação financeira	60.627.024	68.932.969
Outros serviços	3.804.186	5.693.901
<b>Subtotal</b>	<b>118.574.988</b>	<b>134.581.290</b>
<b>Setor privado</b>		
Rural	1.288.133	1.329.218
Indústria	146.212.020	136.175.640
Comércio	3.708.816	4.173.117
Intermediação financeira	102.109.747	99.716.981
Outros serviços	87.380.523	90.990.151
<b>Subtotal</b>	<b>340.699.239</b>	<b>332.385.107</b>
<b>Total</b>	<b>459.274.227</b>	<b>466.966.397</b>

## 5.4. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento

	2021	2020
Vencidos:	1.004.004	200.876
A vencer:		
Até 1 ano	67.028.900	67.679.130
Entre 1 e 2 anos	55.263.506	60.577.234
Entre 2 e 3 anos	48.977.734	50.213.741
Entre 3 e 5 anos	73.903.302	77.440.761
Entre 5 e 10 anos	116.919.347	112.553.904
Após 10 anos	96.177.434	98.300.751
<b>Total</b>	<b>459.274.227</b>	<b>466.966.397</b>

## 5.5. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	2021				2020			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	15.985.193	5,4%	22.709.367	14,0%	16.366.183	5,5%	25.159.637	14,9%
10 seguintes maiores clientes	61.833.279	20,8%	104.486.884	64,2%	63.334.920	21,2%	109.168.514	64,8%
20 seguintes maiores clientes	50.369.909	17,0%	31.307.221	19,3%	53.283.659	17,8%	30.438.248	18,1%
50 seguintes maiores clientes	65.895.196	22,2%	3.994.761	2,5%	62.278.477	20,9%	3.625.427	2,2%
100 seguintes maiores clientes	49.272.482	16,6%	-	-	48.718.024	16,3%	-	-
Demais clientes	53.419.935	18,0%	-	-	54.593.308	18,3%	-	-
<b>Total</b>	<b>296.775.994</b>	<b>100,0%</b>	<b>162.498.233</b>	<b>100,0%</b>	<b>298.574.571</b>	<b>100,0%</b>	<b>168.391.826</b>	<b>100,0%</b>

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o BNDES não possuía excesso de exposição com nenhum grupo econômico segundo os critérios das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e 4.678/2018.

## 5.6. Composição da carteira e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

Estão apresentadas a seguir as provisões constituídas para as operações de crédito e repasses interfinanceiros:

### a) Operações de crédito

Nível de Risco	% Provisão	Situação	2021		2020	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
AA	0,0	Adimplente	48.345.785	-	40.963.429	-
A	0,5	Adimplente	95.647.545	(478.238)	96.681.930	(483.410)
B	1,0	Adimplente	91.850.569	(918.505)	90.640.502	(906.405)
C	3,0	Adimplente	22.038.779	(661.160)	34.197.516	(1.025.925)
C	3,0	Inadimplente	-	-	18.065	(542)
D	10,0	Adimplente	19.560.618	(1.956.062)	14.657.540	(1.465.754)
D	10,0	Inadimplente	116.833	(11.683)	68.369	(6.837)
E	30,0	Adimplente	6.453.926	(1.936.179)	6.938.017	(2.081.406)
F	50,0	Adimplente	97.113	(48.559)	3.612.117	(1.806.058)
F	50,0	Inadimplente	418.899	(209.450)	42.034	(21.017)
H	100,0	Adimplente	11.380.260	(11.380.260)	10.725.668	(10.725.668)
H	100,0	Inadimplente	865.667	(865.667)	29.384	(29.384)
<b>Total</b>			<b>296.775.994</b>	<b>(18.465.763)</b>	<b>298.574.571</b>	<b>(18.552.406)</b>
Circulante			30.775.492	(1.879.613)	31.006.712	(1.904.177)
Não circulante			266.000.502	(16.586.150)	267.567.859	(16.648.229)

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não foram constituídas provisões complementares além das provisões requeridas pela Resolução BACEN n.º 2.682/1999.

Durante o exercício de 2020, em decorrência das condições adversas geradas pela pandemia do Coronavírus na Economia, houve rebaixamentos de risco, com destaque para empresas/entes que foram fortemente afetados. Em 2021, houve melhora de classificação de risco para algumas empresas/entes.

### b) Repasses interfinanceiros

Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta		Provisão	
			2021	2020	2021	2020
AA	0,0	Adimplente	55.057.751	61.351.933	-	-
A	0,5	Adimplente	93.460.763	73.503.949	(467.304)	(367.519)
B	1,0	Adimplente	12.713.549	30.088.098	(127.134)	(300.881)
C	3,0	Adimplente	-	1.879.848	-	(56.396)
E	30,0	Adimplente	14.808	411.566	(4.443)	(123.470)
F	50,0	Adimplente	1.162.341	1.072.703	(581.172)	(536.351)
H	100,0	Adimplente	89.021	83.729	(89.021)	(83.729)
<b>Total</b>			<b>162.498.233</b>	<b>168.391.826</b>	<b>(1.269.074)</b>	<b>(1.468.346)</b>
Circulante			37.257.412	36.873.294	(181.758)	(202.902)
Não circulante			125.240.821	131.518.532	(1.087.316)	(1.265.444)

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não foram constituídas provisões complementares além das provisões requeridas pela Resolução BACEN n.º 2.682/1999.

## 5.7. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

### a) Operações de crédito

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(18.552.406)	(13.139.055)
(Constituição) reversão líquida	(417.265)	(7.350.480)
Baixas contra provisão	503.908	1.937.129
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(18.465.763)</b>	<b>(18.552.406)</b>

### b) Repasses interfinanceiros

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(1.468.346)	(1.228.865)
(Constituição) reversão líquida	199.272	(239.481)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(1.269.074)</b>	<b>(1.468.346)</b>

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

## 5.8. Movimentação e renegociação na carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	2º semestre de 2021	2021	2020
Créditos transferidos para prejuízo	474.380	503.908	3.676.260
Créditos recuperados	1.174.912	2.553.066	8.503.355
Créditos renegociados	51.609.020	69.118.823	234.326.193

A movimentação no quadro acima segue os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Sistema BNDES aprovou, em março de 2020 e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Uma das medidas é a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto às empresas do Sistema, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise – medida conhecida no mercado como *standstill*. Em outubro de 2020 foi oferecida nova possibilidade de suspensão temporária de pagamento de principal e juros por 6 (seis) meses para operações diretas e indiretas não automáticas com setores específicos e operações de microcrédito e, por 3 (três) meses, para operações automáticas com o setor público. Em abril de 2021 foi reaberta nova possibilidade de suspensão de pagamentos para setores específicos. No segundo semestre de 2021, o programa foi aberto para suspensão de pagamentos para Usinas Hidrelétricas acima de 50MW de capacidade instalada. O período de suspensão temporária de pagamento de principal e juros é de até 7 meses, no intervalo de setembro de 2021 até junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das operações com suspensão temporária de amortizações no âmbito da medida emergencial representa 13,51% da carteira total de operações de crédito e repasses interfinanceiros.

## 5.9. Outros créditos - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e Direitos recebíveis

	2021	2020
Venda a prazo de TVM	645.181	1.109.176
Provisão	(497.948)	(961.444)
	<b>147.233</b>	<b>147.732</b>
Direitos Recebíveis	1.019.084	935.392
Provisão	(1.012.937)	(925.691)
	<b>6.147</b>	<b>9.701</b>
<b>Total</b>	<b>153.380</b>	<b>157.433</b>
Circulante	12.767	7.636
Não circulante	140.613	149.797

### 5.9.1. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	2021	2020
Setor público	9.011	11.074
Setor privado		
Rural	-	-
Indústria	184.902	1.114.662
Intermediação financeira	7.501	-
Outros serviços	1.462.851	918.832
Total Setor privado	1.655.254	2.033.494
<b>Total</b>	<b>1.664.265</b>	<b>2.044.568</b>

### 5.9.2. Distribuição da carteira bruta por vencimento

	2021	2020
A vencer		
Até 1 ano	1.013.128	174.576
Entre 1 e 2 anos	38.166	842.173
Entre 2 e 3 anos	38.672	80.605
Entre 3 e 5 anos	77.688	161.465
Entre 5 e 10 anos	483.300	782.293
Após 10 anos	13.311	3.456
<b>Total</b>	<b>1.664.265</b>	<b>2.044.568</b>

### 5.9.3. Composição da carteira por nível de risco e provisão para crédito de liquidação duvidosa

#### a) Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários

Nível de Risco	% Provisão	Situação	2021		2020	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
A	0,5	Adimplente	139.319	(697)	145.955	(730)
B	1,0	Adimplente	8.697	(86)	-	-
E	30,0	Adimplente	-	-	3.581	(1.074)
H	100,0	Adimplente	497.165	(497.165)	959.640	(959.640)
			-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>645.181</b>	<b>(497.948)</b>	<b>1.109.176</b>	<b>(961.444)</b>
Circulante			46.886	(36.187)	48.364	(41.922)
Não circulante			598.295	(461.761)	1.060.812	(919.522)

## b) Direitos Recebíveis

Nível de Risco	% Provisão	Situação	2021		2020	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
B	1,0	Adimplente	257	(3)	1.108	(12)
C	3,0	Adimplente	1.561	(47)	1.677	(50)
E	30,0	Adimplente	-	-	9.967	(2.989)
F	50,0	Adimplente	8.755	(4.376)	-	-
H	100,0	Adimplente	1.008.511	(1.008.511)	922.640	(922.640)
<b>Total</b>			<b>1.019.084</b>	<b>(1.012.937)</b>	<b>935.392</b>	<b>(925.691)</b>
Circulante			966.242	(964.174)	126.212	(125.018)
Não circulante			52.842	(48.763)	809.180	(800.673)

### 5.9.4. Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	2021	2020
Saldo no início do exercício	(961.444)	(899.156)
(Constituição) reversão líquida	463.496	(943.408)
Baixas contra provisão	-	881.120
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(497.948)</b>	<b>(961.444)</b>

Direitos recebíveis	2021	2020
Saldo no início do exercício	(925.691)	(862.565)
(Constituição) reversão líquida	(87.246)	(921.137)
Baixas contra provisão	-	858.011
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(1.012.937)</b>	<b>(925.691)</b>

### 5.10. Composição do resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º semestre de 2021	2021	2020
Reversão (constituição) líquida sobre:			
Operações de crédito	(4.629)	(417.264)	(7.350.480)
Operações de repasses interfinanceiros	92.414	199.272	(239.481)
Debêntures	3.920	8.001	5.446
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	480.596	463.496	(943.408)
Direitos recebíveis	(72.200)	(87.246)	(921.137)
Recuperação de créditos baixados do ativo	1.174.911	2.553.066	8.503.355
<b>Receita (despesa) líquida apropriada</b>	<b>1.675.012</b>	<b>2.719.325</b>	<b>(945.705)</b>

## 5.11. Resultado da intermediação financeira

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>31.064.098</b>	<b>54.345.109</b>	<b>48.779.755</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	25.084.564	41.210.349	39.698.175
.Moeda nacional	19.856.035	36.625.531	28.389.606
Juros/comissões	14.515.232	27.495.975	24.695.565
Atualização monetária	2.669.815	4.369.873	1.176.707
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	2.670.988	4.759.683	2.517.334
.Moeda estrangeira	5.228.529	4.584.818	11.308.569
Juros/comissões	779.325	1.552.276	1.790.324
Variação cambial	4.449.204	3.032.542	9.518.245
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	5.376.831	12.065.914	8.318.580
.Moeda nacional	4.767.942	11.694.689	8.156.339
Juros/comissões	3.422.631	6.136.306	4.345.827
Atualização monetária	2.738.120	3.986.586	2.285.053
Resultados na alienação	(646.622)	3.296.374	1.675.927
Ajustes ao valor de mercado	(554.859)	(1.533.249)	112.743
Ajuste ao valor provável de realização	(191.328)	(191.328)	(263.211)
.Moeda estrangeira	608.889	371.225	162.241
Juros/comissões	129.727	155.400	24.678
Variação cambial	386.273	122.936	36.734
Ajustes ao valor de mercado	92.889	92.889	100.829
Rendas com administração de fundos e programas	602.703	1.068.846	763.000
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(20.275.941)</b>	<b>(30.674.458)</b>	<b>(35.623.735)</b>
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(26.127.718)	(37.762.163)	(39.825.404)
.Moeda nacional	(17.719.376)	(31.075.838)	(22.017.813)
Juros/comissões	(18.504.431)	(31.054.807)	(21.972.446)
Atualização monetária	789.124	(1.919)	(268)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(4.069)	(19.112)	(45.099)
.Moeda estrangeira	(8.408.342)	(6.686.325)	(17.807.591)
Juros/comissões	(747.478)	(1.495.093)	(1.840.531)
Variação cambial	(7.660.864)	(5.191.232)	(15.967.060)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	4.089.640	4.301.648	4.434.013
Receitas	4.200.919	6.477.675	8.321.553
Despesas	(111.279)	(2.176.027)	(3.887.540)
Resultado de provisão para risco de crédito	1.675.012	2.719.325	(945.705)
Reversão (constituição) de provisão	500.100	166.259	(9.449.060)
Recuperação de créditos baixados	1.174.912	2.553.066	8.503.355
Resultado da carteira de câmbio	87.125	66.732	713.361
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>10.788.157</b>	<b>23.670.651</b>	<b>13.156.020</b>

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES. O detalhamento de sua classificação e tratamento contábil pode ser encontrado na Nota Explicativa n.º 26.6.

	2021	2020
<b>Títulos para negociação:</b>		
Títulos públicos	65.783.702	78.132.298
Títulos de renda fixa no exterior	71.189	67.803
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	1.485.315	461.942
Debêntures	27.093	-
Ações	114.959	-
	<b>67.482.258</b>	<b>78.662.043</b>
<b>Títulos disponíveis para venda:</b>		
Debêntures	4.799.610	7.934.525
Ações (Nota Explicativa n.º 7.1)	51.511.863	64.784.952
Títulos públicos	21.806.752	28.111.755
Títulos de renda fixa no exterior	5.837.351	2.260.222
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	1.684.847	1.829.879
	<b>85.640.423</b>	<b>104.921.333</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento:</b>		
Títulos públicos	57.864	53.899
Títulos de renda fixa no exterior	3.840.889	-
Debêntures	2.392.006	3.723.661
(-) Provisão para risco de crédito – Debêntures	(14.325)	(22.326)
	<b>6.276.434</b>	<b>3.755.234</b>
Instrumentos financeiros derivativos (Nota Explicativa n.º 6.5)	1.096.986	1.167.081
<b>Total</b>	<b>160.496.101</b>	<b>188.505.691</b>

## 6.1. Composição por natureza e prazo de vencimento

	2021									2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Total
<b>Títulos para negociação:</b>										
<b>Carteira própria</b>										
Público:										
Títulos públicos	-	43.651.007	-	-	-	-	-	-	43.651.007	51.853.016
Títulos de renda fixa no exterior	-	71.189	-	-	-	-	-	-	71.189	67.803
Privado:										
Cotas de fundos de investimento	-	1.485.315	-	-	-	-	-	-	1.485.315	461.942
Debêntures	-	27.093	-	-	-	-	-	-	27.093	
Ações	114.959	-	-	-	-	-	-	-	114.959	
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>										
Títulos públicos	-	19.836.313	-	-	-	-	-	-	19.836.313	22.158.272
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>										
Títulos públicos	-	2.296.382	-	-	-	-	-	-	2.296.382	4.121.010
	<b>114.959</b>	<b>67.367.299</b>							<b>67.482.258</b>	<b>78.662.043</b>
<b>Títulos disponíveis para venda:</b>										
<b>Carteira própria</b>										
Público:										
Debêntures	-	64.651	-	-	-	219.475	113.567	-	397.693	577.718
Ações	44.413.252	-	-	-	-	-	-	-	44.413.252	45.420.970
Títulos públicos	-	1.299.543	2.860.515	1.854.782	612.743	867.208	-	3.737.310	11.232.101	22.042.705
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	-	-	122.184	634	1.110.914	4.603.619	5.837.351	2.260.222
Debêntures	-	9.281	314.972	10.637	231.011	794.418	1.579.824	1.461.774	4.401.917	7.356.807
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	1.684.847	-	-	-	-	-	-	-	1.684.847	1.829.879
Ações	7.098.611	-	-	-	-	-	-	-	7.098.611	19.363.982
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>										
Títulos públicos	-	-	941.047	1.815.806	1.795.495	1.409.229	-	354.894	6.316.471	3.780.073
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>										
Títulos públicos	-	-	-	1.485.676	-	1.836.075	-	936.429	4.258.180	2.288.977
	<b>53.196.710</b>	<b>1.373.475</b>	<b>4.116.534</b>	<b>5.166.901</b>	<b>2.761.433</b>	<b>5.127.039</b>	<b>2.804.305</b>	<b>11.094.026</b>	<b>85.640.423</b>	<b>104.921.333</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento:</b>										
<b>Carteira própria</b>										
Público:										
Títulos públicos	-	55.526	2.338	-	-	-	-	-	57.864	53.899
Debêntures	-	26.836	123.213	-	287.763	45.940	473.027	410.941	1.367.720	1.854.096
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	(134)	(615)	-	(1.439)	(1.378)	(2.366)	(2.056)	(7.988)	(10.784)
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	-	3.274.824	566.065	-	-	-	3.840.889	-
Debêntures	-	-	273.737	-	-	-	750.549	-	1.024.286	1.869.565
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	-	(2.586)	-	-	-	(3.751)	-	(6.337)	(11.542)
	-	<b>82.228</b>	<b>396.087</b>	<b>3.274.824</b>	<b>852.389</b>	<b>44.562</b>	<b>1.217.459</b>	<b>408.885</b>	<b>6.276.434</b>	<b>3.755.234</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos (Privado)</b>										
	-	-	<b>795.825</b>	-	-	<b>2.621</b>	-	<b>298.540</b>	<b>1.096.986</b>	<b>1.167.081</b>
<b>Total</b>	<b>53.311.669</b>	<b>68.823.002</b>	<b>5.308.446</b>	<b>8.441.725</b>	<b>3.613.822</b>	<b>5.174.222</b>	<b>4.021.764</b>	<b>11.801.451</b>	<b>160.496.101</b>	<b>188.505.691</b>
Circulante									74.818.103	100.400.722
Não circulante									85.677.998	88.104.969

## 6.2. Valores de custo e mercado e composição por emissor

	2021		2020	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
<b>Títulos para negociação:</b>				
<b>Carteira própria</b>				
Público:				
Títulos públicos	44.318.713	43.651.007	51.583.075	51.853.016
Títulos de renda fixa no exterior	71.188	71.189	67.802	67.803
Privado:				
Cotas de fundos de investimento	1.395.027	1.485.315	529.958	461.942
Debêntures	27.093	27.093	-	-
Ações	114.959	114.959	-	-
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>				
Títulos públicos	20.273.348	19.836.313	21.993.039	22.158.272
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>				
Títulos públicos	2.297.548	2.296.382	4.129.879	4.121.010
	<b>68.497.876</b>	<b>67.482.258</b>	<b>78.303.753</b>	<b>78.662.043</b>
<b>Títulos disponíveis para venda:</b>				
<b>Carteira própria</b>				
Público:				
Debêntures	397.540	397.693	543.987	577.718
Ações	25.415.758	44.413.252	19.967.317	45.420.970
Títulos públicos	11.636.966	11.232.101	20.685.459	22.042.705
Privado:				
Títulos de renda fixa no exterior	5.935.856	5.837.351	2.169.660	2.260.222
Debêntures	4.897.542	4.401.917	3.686.724	7.356.807
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	1.186.263	1.684.847	1.599.682	1.829.879
Ações	3.686.427	7.098.611	6.030.411	19.363.982
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>				
Títulos públicos	6.601.405	6.316.471	3.467.419	3.780.073
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>				
Títulos públicos	4.299.807	4.258.180	2.008.170	2.288.977
	<b>64.057.564</b>	<b>85.640.423</b>	<b>60.158.829</b>	<b>104.921.333</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento:</b>				
<b>Carteira própria</b>				
Público:				
Títulos públicos	57.864	57.864	53.899	53.899
Debêntures	1.367.720	1.360.348	1.854.096	1.857.734
Provisão para risco de crédito – Debêntures	(7.988)	(7.988)	(10.784)	(10.784)
Privado:				
Títulos de renda fixa no exterior	3.840.889	3.697.004	-	-
Debêntures	1.024.286	933.666	1.869.565	1.806.507
Provisão para risco de crédito – Debêntures	(6.337)	(6.337)	(11.542)	(11.542)
	<b>6.276.434</b>	<b>6.034.557</b>	<b>3.755.234</b>	<b>3.695.814</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos (Privado)</b>	<b>17.001</b>	<b>1.096.986</b>	<b>17.970</b>	<b>1.167.081</b>
<b>Total</b>	<b>138.848.875</b>	<b>160.254.224</b>	<b>142.235.786</b>	<b>188.446.271</b>
<b>Resumo por tipo de carteira:</b>				
Carteira própria	105.376.767	127.546.878	110.637.279	156.097.939
Vinculados				
Compromissos de recompra	26.874.753	26.152.784	25.460.458	25.938.345
Prestação de Garantias	6.597.355	6.554.562	6.138.049	6.409.987
<b>Resumo por emissor:</b>				
Público	116.729.869	133.882.812	126.343.358	154.211.393
Privado	22.119.006	26.371.412	15.892.428	34.234.878

### 6.3. Cotas de fundos de investimentos

	2021	2020
Fundos mútuos de investimento e de participações	3.170.162	2.291.821
<b>Total</b>	<b>3.170.162</b>	<b>2.291.821</b>
Circulante	1.485.315	461.942
Não Circulante	1.684.847	1.829.879

#### 6.3.1. Fundos Exclusivos

O BNDES possui investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil classificados como títulos para negociação e disponíveis para venda, de acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001. Os fundos de investimento exclusivos são apresentados de forma consolidada.

As carteiras dos fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC.

#### 6.3.2. Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	2021	2020
SRM EXODUS PME FIDC	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	318.970	-
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	263.034	254.957
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	256.008	191.348
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	246.086	86.976
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	201.756	155.810
Fundo BBI Financeiro I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A	200.449	130.407
BIZCAPITAL FINPASS PME FIDC	CM Capital Markets DTVM Ltda.	171.436	-
Capital Tech II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	126.557	73.827
Brasil Agronegócio FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	118.391	76.331
CASHME-PLURAL FIDC	Plural S.A. Banco Múltiplo	98.901	-
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	92.268	60.911
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	86.140	15.125
XP MPME I FIDC	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	85.280	-
CRIATEC II FIP	Lions Trust Adm de Recursos Ltda.	83.016	70.075
<b>Subtotal</b>		<b>2.348.292</b>	<b>1.115.767</b>
Outros		821.870	1.176.054
<b>Total</b>		<b>3.170.162</b>	<b>2.291.821</b>
Circulante		1.485.315	461.942
Não circulante		1.684.847	1.829.879

## 6.4. Debêntures

### 6.4.1. Debêntures disponíveis para venda

As características e o tratamento contábil das debêntures disponíveis para venda estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.6.

	2021	2020
Saldo de debêntures disponíveis para venda	4.799.610	7.934.525
Circulante	388.904	4.013.153
Não circulante	4.410.706	3.921.372

### 6.4.2. Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com a Resolução CMN n.º 2.682/1999, conforme política estabelecida na Nota Explicativa n.º 26.5.

#### 6.4.2.1 Composição das debêntures mantidas até o vencimento

	2021	2020
Valor bruto	2.392.006	3.723.661
Provisão para risco de crédito	(14.325)	(22.326)
<b>Valor líquido</b>	<b>2.377.681</b>	<b>3.701.335</b>
Circulante	420.451	729.345
Não circulante	1.957.230	2.971.990

#### 6.4.2.2. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	2021	2020
Setor público	1.367.721	1.854.095
Setor privado		
Indústria	781.153	1.430.754
Outros serviços <sup>(1)</sup>	243.132	438.812
Total Setor privado	1.024.285	1.869.566
<b>Total</b>	<b>2.392.006</b>	<b>3.723.661</b>

<sup>(1)</sup> Inclui empresas de mineração, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, saneamento básico e concessionárias de rodovias.

#### 6.4.2.3. Distribuição da carteira bruta por vencimento

	2021	2020
Até 1 ano	423.786	734.113
Entre 1 e 2 anos	-	736.425
Entre 2 e 3 anos	287.763	-
Entre 3 e 5 anos	45.940	428.750
Entre 5 e 10 anos	1.223.575	1.222.648
Após 10 anos	410.942	601.725
<b>Total</b>	<b>2.392.006</b>	<b>3.723.661</b>

#### 6.4.2.4. Composição da carteira bruta e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta		Provisão	
			2021	2020	2021	2020
A	0,5	Adimplente	2.102.933	3.218.093	(10.514)	(16.091)
B	1,0	Adimplente	243.133	446.577	(2.432)	(4.466)
C	3,0	Adimplente	45.940	58.991	(1.379)	(1.769)
<b>Total</b>			<b>2.392.006</b>	<b>3.723.661</b>	<b>(14.325)</b>	<b>(22.326)</b>
Circulante			423.786	734.113	(3.335)	(4.768)
Não circulante			1.968.220	2.989.548	(10.990)	(17.558)

#### 6.4.2.5. Movimentação da provisão sobre debêntures

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(22.326)	(27.772)
(Constituição) reversão líquida	8.001	5.446
Baixa contra provisão	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(14.325)</b>	<b>(22.326)</b>

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

### 6.5. Instrumentos Financeiros Derivativos

O BNDES realiza operações de derivativos com o objetivo de gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.11.

## 6.5.1. Composição

	Vencimentos	Valor de referência	2021		2020	
			Valor de mercado		Valor de mercado	
			Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
<b>Contratos swap</b>						
Cambiais:						
USD x Euro	jun/22	145	78	-	-	(10.716)
Taxas de juros em US\$:						
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	(193.052)	151.704	(49.481)	31.921	(5.555)
<b>Subtotal</b>		<b>(192.907)</b>	<b>151.782</b>	<b>(49.481)</b>	<b>31.921</b>	<b>(16.271)</b>
<b>Contratos futuro (*)</b>						
DI (posição vendida)	abr/22 a jan/29	(63.202.418)	-	-	-	-
USD (posição vendida)	jan/22 a fev/22	(2.830.709)	-	-	-	-
DDI (posição comprada)	jan/22 a jan/27	26.782.838	-	-	-	-
DAP (posição vendida)	jan/22 a mai/35	5.836.414	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>		<b>(33.413.875)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Opções</b>						
	<b>Precificação</b>					
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes, Proporção do Valuation/DCF e Árvore Binomial		683.183	-	383.187	-
<b>Subtotal</b>			<b>683.183</b>	<b>-</b>	<b>383.187</b>	<b>-</b>
<b>Derivativos embutidos</b>						
Bônus de subscrição de ações			262.021	-	751.973	-
<b>Subtotal</b>			<b>262.021</b>	<b>-</b>	<b>751.973</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>			<b>1.096.986</b>	<b>(49.481)</b>	<b>1.167.081</b>	<b>(16.271)</b>
<b>Circulante</b>			<b>795.825</b>	<b>(46.206)</b>	<b>418.614</b>	<b>(12.701)</b>
<b>Não circulante</b>			<b>301.161</b>	<b>(3.275)</b>	<b>748.467</b>	<b>(3.570)</b>

(\*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos".

	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Ativo</b>				
Contratos de swaps	78	151.704	31.921	-
Contratos de opções	533.726	149.457	10.916	372.271
Derivativos embutidos	262.021	-	375.777	376.196
<b>Total</b>	<b>795.825</b>	<b>301.161</b>	<b>418.614</b>	<b>748.467</b>
<b>Passivo</b>				
Contratos de swaps	(46.206)	(3.275)	(12.701)	(3.570)
<b>Total</b>	<b>(46.206)</b>	<b>(3.275)</b>	<b>(12.701)</b>	<b>(3.570)</b>

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

## 6.5.2. Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2021. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 7,85 milhões <sup>(1)</sup>	USD - Euro	jun/2022	Santander
US\$ 1.050,25 milhões <sup>(1)</sup>	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

<sup>(1)</sup> Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R\$ 34.031, e houve recebimento do valor de R\$ 38.841 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 69.799 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*.

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2020.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 23,5 milhões <sup>(1)</sup>	USD - Euro	jun/2022	Santander
US\$ 454,6 milhões <sup>(1)</sup>	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	entre mai/21 a out/42	Bank of America Merrill Lynch, Bradesco, Goldman Sachs, Citibank e Santander

<sup>(1)</sup> Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2020, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R\$ 41.800, e houve recebimento do valor de R\$ 13.292 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 23.392 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*.

## 6.5.3. Resultado com derivativos

Receitas (despesas):	2º Semestre de 2021	2021	2020
Contratos de swaps	61	44.736	(103.102)
Contratos de futuro	4.089.507	4.256.912	4.537.124
Contratos a termo	72	-	(9)
<b>Subtotal Câmbio e taxa de juros</b>	<b>4.089.640</b>	<b>4.301.648</b>	<b>4.434.013</b>
Contratos de opções	(54.903)	50.107	25.370
Derivativos embutidos	(41.379)	(200.757)	338.512
<b>Subtotal Renda variável</b>	<b>(96.282)</b>	<b>(150.650)</b>	<b>363.882</b>
<b>Total</b>	<b>3.993.358</b>	<b>4.150.998</b>	<b>4.797.895</b>
Câmbio e taxa de juros	4.089.640	4.301.648	4.434.013
Renda variável	(96.282)	(150.650)	363.882

## 7. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais o BNDES e suas controladas, BNDESPAR e FINAME, não exercem influência significativa, avaliadas pelo valor justo. Também é composta por investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Para detalhes sobre as práticas contábeis dessas categorias de ativos, vide Nota Explicativa n.º 26.7.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em “Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda” e “Investimentos Permanentes”. Nessa última categoria estão incluídas as participações detidas pelo BNDES no Fundo Garantidor para Investimentos – FGI.

	2021	2020
<b>Títulos e Valores Mobiliários – Ações</b>		
Circulante	686.655	10.045.547
Não circulante	50.940.167	54.739.405
<b>Subtotal Títulos e Valores Mobiliários – Ações DPV e negociação</b>	<b>51.626.822</b>	<b>64.784.952</b>
<b>Investimentos</b>		
Participações em Coligadas	11.793.115	10.868.901
Outras participações societárias	100.000	103.000
Outros investimentos	42.146	42.146
<b>Subtotal Investimentos Permanentes</b>	<b>11.935.261</b>	<b>11.014.047</b>
<b>Total</b>	<b>63.447.124</b>	<b>75.798.999</b>

<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	2021	2020
<b>Ações disponíveis para venda</b>		
Dividendos	3.473	13.001
Juros sobre o capital próprio	121.013	209.396
<b>Coligadas</b>		
Dividendos	-	1.591
Juros sobre o capital próprio	7.929	3.313
<b>Controladas</b>		
Dividendos	-	-
<b>Total</b>	<b>132.415</b>	<b>227.301</b>

Segue os principais impactos na no resultado:

<b>Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE</b>	2º semestre de 2021	2021	2020
Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1)	5.462.874	5.450.586	(646.771)
Coligadas (Nota Explicativa n.º 7.2.3)	(178.947)	(178.947)	14.441
<b>Total</b>	<b>5.283.927</b>	<b>5.271.639</b>	<b>(632.330)</b>

<b>Venda de ações e Bônus e direitos de subscrição</b>	2º semestre de 2021	2021	2020
Ações Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1)	106.596	11.186.756	22.679.848
Ações Coligadas (Nota Explicativa n.º 7.2.3)	1.569.740	1.570.900	3.239
Bônus e direito de subscrição de ações	82	233	-
<b>Total</b>	<b>1.676.338</b>	<b>12.757.889</b>	<b>22.683.087</b>

## 7.1. Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda e para negociação

	2021	2020
Ações disponíveis para venda (Nota 7.1.1)	51.511.863	64.784.952
Ações para negociação	114.959	-
<b>Total</b>	<b>51.626.822</b>	<b>64.784.952</b>
<b>Circulante</b>		
Ações disponíveis para venda	571.696	10.045.547
Ações para negociação	114.959	-
<b>Não circulante</b>		
Ações disponíveis para venda	50.940.167	54.739.405
<b>Total</b>	<b>51.626.822</b>	<b>64.784.952</b>

### 7.1.1. Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda

Esta categoria de ativos está contabilizada a valor justo, sendo a contrapartida deste registro reconhecida no Patrimônio Líquido.

Para detalhes sobre sua contabilização, vide Nota Explicativa n.º 26.7.2.

Empresas investidas	2021			Valor Contábil	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	2021	2020
	Ordinárias	Preferenciais			
<b>NÍVEL 1</b>					
PETROBRAS <sup>(1)</sup>	17.700	1.035.459	8,07	30.064.508	29.856.265
ELETOBRAS <sup>(2)</sup>	216.303	36.954	16,15	8.455.187	9.265.097
COPEL - UNITS	131.162	524.646	23,96	4.147.329	4.683.603
CEMIG	63.083	22.344	5,04	1.452.578	1.329.342
EMBRAER	39.762	-	5,37	987.303	348.319
BRASIL ENERGIA S.A. (ex AES TIETÊ ENERGIA)	39.555	-	8,04	437.869	655.419
ENGIE BRASIL ENERGIA	7.245	-	0,89	279.212	344.017
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	8.795	-	0,63	221.104	280.997
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.614	-	12,26	166.870	238.235
COPASA	13.160	-	3,46	166.337	214.106
VALE <sup>(3)</sup>	-	-	-	-	10.045.547
KLABIN <sup>(3)</sup>	-	-	-	-	2.205.216
<b>Subtotal Nível 1</b>				<b>46.378.297</b>	<b>59.466.163</b>
Outras empresas - Nível 1				347.606	462.685
<b>Total Nível 1</b>				<b>46.725.903</b>	<b>59.928.848</b>
<b>NÍVEL 2</b>				<b>79.028</b>	<b>-</b>
<b>NÍVEL 3</b>				<b>4.706.932</b>	<b>4.856.104</b>
<b>TOTAL</b>				<b>51.511.863</b>	<b>64.784.952</b>
<b>Circulante</b>				<b>571.696</b>	<b>10.045.547</b>
<b>Não circulante</b>				<b>50.940.167</b>	<b>54.739.405</b>

<sup>(1)</sup> Do total da participação de 8,07%, 1,03% são detidas diretamente pelo BNDES (com 135.248 mil preferenciais) e 7,04% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 17.700 mil ações ordinárias e 900.210 mil preferenciais).

<sup>(2)</sup> Do total da participação de 16,15%, 5,92% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 10,23% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 141.758 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

<sup>(3)</sup> Participação societária alienada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Vide Nota Explicativa n.º 7.1.3.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a BNDESPAR reclassificou do Nível 1 para o Nível 2 da hierarquia de valor justo, ativo cujo valor em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 5.650 (R\$ 9.754 em 31 de dezembro de 2020). Não houve reclassificações das ações VJORA entre os Níveis 1 e 2 da hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2020.

A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificadas no Nível 3 é apresentada a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	4.856.104	758.671
Aquisições	6.896	1.724.741
Transferência do Nível 3 para Nível 1	(81.636)	(146.119)
Transferência do Nível 1 para Nível 3	98.264	154.068
Transferência do Nível 2 para Nível 3	-	1.896.576
Transferência do Nível 3 para Nível 2	(37.921)	-
Perda Permanente	-	(340.441)
Ajuste ao valor justo	(134.775)	808.608
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>4.706.932</b>	<b>4.856.104</b>

### 7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 a Administração realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, buscando identificar a existência de instrumentos com perda de caráter permanente e ainda uma possível mudança dos cenários que levaram a constituição de perdas em períodos anteriores. Para tal, baseou-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, nas características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos, entre outros indícios de perda permanente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados novos ativos cujo Ajuste a Valor de Mercado negativo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes possuísse características de perda permanente. No entanto, em 30 de setembro de 2021 a Administração entendeu que as condições que levaram ao reconhecimento como perda permanente nos exercícios de 2014 a 2016 da desvalorização dos instrumentos patrimoniais representados por ações ordinárias e preferenciais da Petrobras S.A. detidos pelo Sistema BNDES não se verificavam mais, reconhecendo portando uma reversão de provisão para redução ao valor recuperável no valor R\$ 5.448.816, incluídos na linha "Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos" do resultado. Os principais fatores considerados nessa análise foram: melhoria da governança da companhia, cumprimento do seu plano estratégico, redução do endividamento e do custo de capital, aumento da margem EBITDA, recuperação do preço do petróleo e seus derivados, recuperação no valor de mercado da empresa, e a retomada do pagamento de proventos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quatro novos ativos tiveram o seu ajuste a valor justo negativo considerado como perda permanente e reconhecido no resultado do exercício, no valor de R\$ 641.455.

	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>Reversão (constituição) de perdas consideradas permanentes:</b>			
No exercício corrente	-	-	(641.455)
Em exercícios anteriores <sup>(1)</sup>	5.462.874	5.450.586	(5.316)
<b>Efeito total no resultado</b>	<b>5.462.874</b>	<b>5.450.586</b>	<b>(646.771)</b>

<sup>(1)</sup> Reversões (constituições) de empresas que já apresentavam perda permanente em exercícios anteriores.

## 7.1.2. Efeito da Resolução CMN n.º 4.175/2012

A Resolução CMN n.º 4.175/2012 estabelece que o ajuste a valor de mercado de certas ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria “disponível para venda” deve ser apresentado em conta destacada no patrimônio líquido, denominada ajuste de avaliação patrimonial, incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, transitando pelo resultado apenas quando da venda ou transferência.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 parte das ações da Petrobras e Eletrobras (e também da Vale em 31 de dezembro de 2020) detidas pelas empresas do Sistema BNDES estavam enquadradas pela Resolução n.º 4.175/2012. O efeito da aplicação desta Resolução é o seguinte:

	2021	2020
<b>Valores Brutos – antes de tributos:</b>		
Efeito no resultado do exercício <sup>(1)</sup>	(393.774)	(7.397.929)
Efeito no Patrimônio Líquido – Ajuste de Avaliação Patrimonial acumulado	(4.301.875)	(4.695.649)
- Eletrobras - carteira BNDES	(1.722.227)	(1.722.227)
- Eletrobras - carteira BNDESPAR	(2.565.533)	(2.565.533)
- Petrobras - carteira BNDESPAR	(14.115)	(14.115)
- Vale - carteira BNDESPAR	-	(393.774)
<b>Valores Líquidos de Tributos:</b>		
Efeito no resultado do exercício <sup>(1)</sup>	(259.891)	(4.147.374)
Efeito no Patrimônio Líquido – Ajuste de Avaliação Patrimonial acumulado <sup>(3)</sup>	(2.649.793)	(2.909.684)

<sup>(1)</sup> O efeito demonstrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 refere-se à realização do saldo do Ajuste de Avaliação Patrimonial com a venda pela BNDESPAR da totalidade das ações ON da Vale S/A de sua titularidade (vide Nota Explicativa n.º 7.1.3). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 refere-se ao efeito da venda das ações ON da Petrobras pelo BNDES e da venda de ações ON da Vale S/A pela BNDESPAR. A perda com tais ações (ajuste a valor justo negativo) apurada em exercícios anteriores não foi reconhecida no resultado do período em que foi apurada por conta da Resolução 4.175. Essa perda é mantida no patrimônio líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e realizada para o resultado quando da alienação das ações.

As perdas que foram consideradas permanentes no período de 2014 a 2016 com ações da Petrobras que não se enquadravam na Resolução CMN n.º 4.175/2012, e portanto foram reconhecidas no resultado daqueles exercícios, foram revertidas em 30 de setembro de 2021 conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 7.1.1. Caso as perdas permanentes de Petrobras e Eletrobras reconhecidas no patrimônio líquido em função da Resolução CMN n.º 4.175/2012 tivessem sido reconhecidas no resultado em períodos anteriores, há elementos para que, as mesmas já tivessem sido integralmente revertidas no exercício de 2021.

## 7.1.3. Resultado com alienação de investimentos em ações disponíveis para venda

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas, deduzida de custos e despesas incorridas, e inclui o resultado das alienações de (i) ações disponíveis para venda; (ii) participações em coligadas e (iii) bônus e direitos de subscrição de ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi apurado ganho de R\$ 12.757.889 no resultado consolidado, dos quais R\$ 11.186.756 refere-se a alienação de ações disponíveis para venda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi apurado ganho de R\$ 22.683.087 no consolidado, dos quais R\$ 22.679.848 referente a alienação de ações disponíveis para venda.

A maior parte desse ganho refere-se a:

- (i) Alienação entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021 pela BNDESPAR de ações da Vale S.A., zerando sua participação nesta empresa em fevereiro de 2021. O ganho (sem efeitos tributários) apurado no resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 9.535.749 e R\$ 10.168.963, respectivamente.
- (ii) Alienação no 1º semestre de 2021 pela BNDESPAR da totalidade das ações da Klabin S.A, zerando sua participação nesta empresa em maio de 2021. O ganho (sem efeitos tributários) apurado no resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.522.333.

- (iii) Alienação no 1º semestre de 2020 pelo BNDES da totalidade das ações ordinárias de emissão da Petrobras e de sua titularidade (734.203 mil ações, correspondente a 9,87% do total das ações ON e 5,63% do capital total da Petrobras) por meio de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações, resultando no ganho (sem efeitos tributários) de R\$ 7.004.447.

Alienação no 2º semestre de 2020 da totalidade das ações da Suzano S.A. detidas pela BNDESPAR, através de Oferta Pública Secundária de ações, com ganho de R\$ 3.813.199 no resultado consolidado.

#### 7.1.4. Receita de Dividendos e JSCP de investimentos em ações disponíveis para venda

A seguir estão demonstrados os proventos de dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP) referentes às empresas listadas em Bolsa, evidenciados nas Demonstrações dos Resultados:

Empresas investidas	2º semestre de 2021			2021			2020		
	Dividendos	JSCP	Total	Dividendos	JSCP	Total	Dividendos	JSCP	Total
Petrobras	4.007.309	1.111.463	5.118.772	4.836.615	1.111.463	5.948.078	3.199	448.262	451.461
Copel	291.863	127.476	419.339	670.485	159.469	829.954	-	192.517	192.517
Eletrobras	-	-	-	611.263	-	611.263	396.748	-	396.748
Naturgy Brasil (ex CEG)	88.121	17.106	105.227	193.550	17.106	210.656	8.803	16.245	25.048
Cemig	-	50.926	50.926	51.308	50.926	102.234	20.121	29.372	49.493
Copasa	1.991	3.654	5.645	1.991	10.441	12.432	28.458	8.225	36.683
AES Tietê	787	-	787	1.574	-	1.574	72.666	3.530	76.196
Vale	-	-	-	-	-	-	265.811	645.537	911.348
<b>Subtotal</b>	<b>4.390.071</b>	<b>1.310.625</b>	<b>5.700.696</b>	<b>6.366.786</b>	<b>1.349.405</b>	<b>7.716.191</b>	<b>795.806</b>	<b>1.343.688</b>	<b>2.139.494</b>
Outras empresas	34.190	7.279	41.469	63.573	7.409	70.982	22.515	5.137	27.652
<b>Total</b>	<b>4.424.261</b>	<b>1.317.904</b>	<b>5.742.165</b>	<b>6.430.359</b>	<b>1.356.814</b>	<b>7.787.173</b>	<b>818.321</b>	<b>1.348.825</b>	<b>2.167.146</b>

## 7.2. Investimentos Permanentes

	2021	2020
Em coligadas		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	11.793.115	10.868.901
Outras participações societárias	100.000	103.000
Outros investimentos	42.146	42.146
<b>Total</b>	<b>11.935.261</b>	<b>11.014.047</b>

### 7.2.1. Controladas – BNDES

Controladas	Data-base	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial			Outros Resultados Abrangentes - Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas <sup>(1)</sup>		Valor contábil do investimento	
				2º semestre de 2021	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME	31/12/2021	15.670.727	962.439	502.104	962.439	367.517	(12.842)	(139.376)	15.670.727	14.810.334
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR <sup>(2)</sup>	31/12/2021	103.025.409	22.830.488	10.060.949	22.830.488	11.101.623	16.493.289	26.908.023	103.025.409	102.950.771
<b>Total</b>				<b>10.563.053</b>	<b>23.792.927</b>	<b>11.469.140</b>	<b>16.480.447</b>	<b>26.768.647</b>	<b>118.696.136</b>	<b>117.761.105</b>

<sup>(1)</sup> Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial reflexo das controladas.

<sup>(2)</sup> O patrimônio líquido, o resultado do exercício e os outros resultados abrangentes da BNDESPAR foram ajustados às práticas contábeis regulamentadas pelo BACEN, conforme demonstrado no quadro a seguir.

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100% e os dividendos a receber dessas participações estão apresentados na Nota explicativa n.º 19.1.

(A) Conciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados pela BNDESPAR e aqueles utilizados no cálculo do investimento do BNDES

	2021			2020	
	Resultado do exercício	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Lucros Acumulados <sup>(1)</sup>	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Patrimônio líquido BNDESPAR Padrão CVM	12.181.131	24.727.960	10.649.357	103.424.075	103.602.486
Ajustes de práticas contábeis:					
Ganho na compra vantajosa <sup>(2)</sup>	28.670	-	(181.062)	(152.392)	(181.062)
Equivalência patrimonial <sup>(3)</sup>	7.907	-	17.237	25.144	17.237
Perda por redução do valor recuperável					
Participações em coligadas <sup>(4)</sup>	6.679	-	28.669	35.348	28.669
Ações VJORA _ Res. CMN 4.175 <sup>(5)</sup>	(393.774)	(2.579.649)	2.973.423	-	-
Ações VJORA _ Carta Circ. BC 3.068 <sup>(6)</sup>	4.338.428	(10.213.687)	5.875.259	-	-
Debêntures mensuradas ao custo amortizado, vendas a prazo e recebíveis <sup>(7)</sup>	337.701	-	(859.447)	(521.746)	(859.447)
Ajuste a Valor Justo de debêntures <sup>(8)</sup>	480.966	(3.080.031)	2.599.065	-	-
Adoção CPC 48					
Alienação de ações VJORA <sup>(9)</sup>	11.544.896	-	(11.544.896)	-	-
Perda por redução do valor recuperável de ações VJORA e debêntures <sup>(10)</sup>	1.770	3.559.484	(3.561.254)	-	-
Outros efeitos	309.394	(107.509)	(201.885)	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	(6.013.280)	4.186.721	2.041.539	214.980	342.888
<b>Patrimônio líquido BNDESPAR - Padrão Cosif</b>	<b>22.830.488</b>	<b>16.493.289</b>	<b>7.836.005</b>	<b>103.025.409</b>	<b>102.950.771</b>

<sup>(1)</sup> Saldo antes da destinação do resultado do exercício.

<sup>(2)</sup> A BNDESPAR, seguindo o CPC 15 – Combinação de Negócios reconhece o “ganho por compra vantajosa” na aquisição de coligadas no resultado do exercício em que a operação ocorre. Já no Padrão Cosif, tal ganho é mantido no ativo como “deságio” reduzindo o valor do investimento e é transferido para o resultado quando da realização do investimento.

<sup>(3)</sup> Como consequência da diferença de prática descrita no item (2) acima, o valor do investimento das participações societárias da BNDESPAR que apresentam deságio é menor no Padrão Cosif do que o apurado de acordo com o Padrão CVM. Dessa forma, o reconhecimento de perdas com equivalência patrimonial pode ocasionar que o saldo do investimento em determinada coligada se torne negativo no Padrão Cosif enquanto permanece positivo no Padrão CVM, sendo necessário realizar lançamento contábil de ajuste de prática para anular parte da perda reconhecida de acordo com o Padrão CVM. Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática credor no patrimônio líquido totaliza R\$ 25.144 (R\$17.237 em 31 de dezembro de 2020).

<sup>(4)</sup> Ainda em consequência da diferença de prática descrita no item (2), para os casos de coligada com deságio em que a BNDESPAR registrou provisão para perda por redução ao valor recuperável, o valor da provisão foi ajustado para que no Padrão Cosif o investimento total corresponda ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática credor no patrimônio líquido totaliza R\$ 35.348 (R\$28.669 em 31 de dezembro de 2020).

<sup>(5)</sup> Ajuste de prática contábil decorrente da diferença na contabilização da “Perda por redução ao valor recuperável” de ações disponíveis para venda pelo Padrão CVM (CPC 38- Instrumentos Financeiros) em comparação com a prática determinada pelo Padrão Cosif (Resolução CMN n.º 4.175, emitida pelo BACEN em 27 de dezembro de 2012). Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão CVM determinava o reconhecimento da Perda por redução ao valor recuperável no resultado (tendo sido alterado pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018), enquanto a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização. Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática devedor em ORA totaliza R\$ 2.579.649 (R\$ 2.973.423 em 31 de dezembro de 2020). A movimentação no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 refere-se a realização de parte dessa diferença devido a venda pela BNDESPAR de ações ordinárias da Vale S.A. Para efeito da aplicação desta Resolução, vide Nota Explicativa n.º 7.1.2.

<sup>(6)</sup> Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de cálculo da “Perda por redução ao valor recuperável” de ações disponíveis para venda determinadas pelo Padrão CVM até 31 de dezembro de 2017 no escopo do CPC 38 – Instrumentos Financeiros (conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo) e pelo Padrão Cosif no escopo da Circular BACEN n.º 3.068/2001 (conceito de perdas de caráter permanente). A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com efeito credor no resultado de R\$ 4.338.428, decorre da reversão da perda permanente reconhecida entre 2014 e 2016 para as ações da Petrobras, revertida apenas na Prática Cosif (vide Nota Explicativa n.º 7.1.1).

<sup>(7)</sup> Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” determinadas pelo Padrão CVM (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e pelo Padrão Cosif (Resolução CMN 2.682/99). Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática devedor no Patrimônio Líquido totaliza R\$ 521.746 (R\$ 859.447 em 31 de dezembro de 2020), equivalente ao valor de perda apurado a maior conforme o Padrão Cosif.

<sup>(8)</sup> A BNDESPAR, seguindo o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, classifica determinadas debêntures na categoria “Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado” e reconhece o Ajuste a Valor Justo (“AVJ”) da parcela de renda fixa no resultado do exercício. De acordo com o Padrão Cosif tais debêntures são classificadas na categoria “Disponível para Venda”, sendo o AVJ reconhecido como ORA dado que a Circular BACEN n.º 3.068/2001 não prevê a categoria “Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado”. Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática devedor em ORA totaliza R\$ 3.080.031 (R\$ 2.599.065 em 31 de dezembro de 2020), equivalente ao AVJ negativo de tais debêntures.

<sup>(9)</sup> A partir de 1º de janeiro de 2018 a BNDESPAR adotou o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, pronunciando esse que não foi referendado pelo BACEN. Um dos principais efeitos desse pronunciamento na carteira de ações da BNDESPAR é que o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” não mais transita pelo resultado, sendo reconhecido diretamente em lucros acumulados.

<sup>(10)</sup> Ajuste de prática contábil decorrente da diferença na contabilização da perda com ações e debêntures disponíveis para venda. Conforme o Padrão Cosif (Circular BACEN n.º 3.068/2001) as perdas consideradas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício, enquanto que de acordo com o Padrão CVM (CPC 48 - Instrumentos Financeiros) o conceito de perda permanente não se aplica. Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática credor em ORA totaliza R\$ 3.559.484 (R\$ 3.561.254 em 31 de dezembro de 2020), equivalente ao AVJ negativo de tais ações e debêntures.

## 7.2.2. Participações em coligadas

Para detalhes sobre a classificação e o tratamento contábil destes ativos, vide Nota Explicativa n.º 26.7.1.

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR, quando necessário.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro abaixo, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/10/2021 <sup>(1)</sup>					01/11/2020 a 31/10/2021 - doze meses <sup>(1)</sup>					2021
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	Valor de mercado <sup>(2)</sup>
JBS	11.835.695	85.993.272	16.841.524	39.321.557	41.665.886	65.492.869	17.985.483	-	(1.514.844)	16.470.639	19.427.772
Tupy	2.073.537	3.709.887	877.314	2.136.794	2.769.316	3.792.160	235.326	-	(24.820)	210.506	821.036
<b>Subtotal</b>	<b>13.909.232</b>	<b>89.703.159</b>	<b>17.718.838</b>	<b>41.458.351</b>	<b>44.435.202</b>	<b>69.285.029</b>	<b>18.220.809</b>	<b>-</b>	<b>(1.539.664)</b>	<b>16.681.145</b>	
Outras coligadas	2.877.538	8.490.209	1.359.201	1.560.731	8.447.815	4.941.370	553.135	(57.529)	279.099	774.705	
<b>Total</b>	<b>16.786.770</b>	<b>98.193.368</b>	<b>19.078.039</b>	<b>43.019.082</b>	<b>52.883.017</b>	<b>74.226.399</b>	<b>18.773.944</b>	<b>(57.529)</b>	<b>(1.260.565)</b>	<b>17.455.850</b>	

<sup>(1)</sup> Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

<sup>(2)</sup> Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

O quadro abaixo apresenta informações detalhadas das participações que individualmente representam aproximadamente 90% da carteira de investimentos em coligadas da BNDESPAR em 31 de dezembro de 2021:

Coligadas <sup>(2)</sup>	31/12/2021 <sup>(1)</sup>								31/12/2020 <sup>(1)</sup>	Natureza das atividades do negócio da coligada
	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital <sup>(3)</sup>		Valor patrimonial do investimento	Ágio expectativa de rentabilidade futura	(Provisão) / Reversão Perdas	Deságio	Total	Total	
		Ordinárias	Total							
JBS	511.661	22,31%	22,31%	9.294.085	422.078	-	-	9.716.163	9.009.691	Setor de alimentos
Tupy	40.645	28,19%	28,19%	780.705	-	-	-	780.705	737.226	Setor de metalurgia e siderurgia
<b>Subtotal</b>				<b>10.074.790</b>	<b>422.078</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.496.868</b>	<b>9.746.917</b>	
Outras coligadas				1.558.958	719.396	(829.715)	(152.392)	1.296.247	1.121.984	
<b>Total</b>				<b>11.633.748</b>	<b>1.141.474</b>	<b>(829.715)</b>	<b>(152.392)</b>	<b>11.793.115</b>	<b>10.868.901</b>	

<sup>(1)</sup> A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/10/2021 (31/10/2020 para cálculo da equivalência em 31/12/2020).

<sup>(2)</sup> Empresas com sede no Brasil.

<sup>(3)</sup> % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

## 7.2.3 Movimentação dos investimentos em coligadas

Os quadros a seguir mostram as principais movimentações ocorridas na carteira de coligadas da BNDESPAR para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Coligadas	Saldo em 01/01/2021	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Alienação	Saldo em 31/12/2021
JBS <sup>(2),(3),(4)</sup>	9.009.691	-	(1.755.465)	4.132.259	59.835	(354.431)	-	(1.375.726)	9.716.163
Tupy	737.226	-	(17.563)	67.924	140	(7.022)	-	-	780.705
<b>Subtotal</b>	<b>9.746.917</b>	<b>-</b>	<b>(1.773.028)</b>	<b>4.200.183</b>	<b>59.975</b>	<b>(361.453)</b>	<b>-</b>	<b>(1.375.726)</b>	<b>10.496.868</b>
Outras coligadas	1.121.984	339.813	(16.293)	76.529	(24.716)	8.410	(178.947)	(30.533)	1.296.247
<b>Total</b>	<b>10.868.901</b>	<b>339.813</b>	<b>(1.789.321)</b>	<b>4.276.712</b>	<b>35.259</b>	<b>(353.043)</b>	<b>(178.947)</b>	<b>(1.406.259)</b>	<b>11.793.115</b>

Coligadas	Saldo em 01/01/2020	Aquisição	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de / (para) TVM	Alienação	Saldo em 31/12/2020
JBS <sup>(2)</sup> <sup>(3)</sup>	7.181.075	-	(314.443)	144.838	(75.213)	2.073.434	-	-	-	9.009.691
Tupy	655.312	-	-	(12.418)	125	94.207	-	-	-	737.226
<b>Subtotal</b>	<b>7.836.387</b>	<b>-</b>	<b>(314.443)</b>	<b>132.420</b>	<b>(75.088)</b>	<b>2.167.641</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.746.917</b>
Outras coligadas	1.111.680	9.783	(16.393)	287.531	(317.330)	79.441	14.441	(47.169)	-	1.121.984
<b>Total</b>	<b>8.948.067</b>	<b>9.783</b>	<b>(330.836)</b>	<b>419.951</b>	<b>(392.418)</b>	<b>2.247.082</b>	<b>14.441</b>	<b>(47.169)</b>	<b>-</b>	<b>10.868.901</b>

<sup>(1)</sup> Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas e da amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

<sup>(2)</sup> O resultado de equivalência patrimonial da JBS inclui a movimentação da reserva de capital reconhecida pela coligada em decorrência de transações de capital. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 inclui o efeito devedor da adoção pela coligada do ICPC22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro no montante de R\$ 414.606.

<sup>(3)</sup> A movimentação do "Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pela JBS em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior. Já a movimentação de "Outros resultados de equivalência patrimonial" decorre das operações com ações em tesouraria realizadas pela JBS e da consequente mudança relativa do percentual de participação da BNDESPAR.

<sup>(4)</sup> Em 16 de dezembro de 2021 a BNDESPAR alienou 70.000.000 ações da JBS, apurando um lucro na operação de R\$ 1.568.435 (sem efeitos tributários), incluído na rubrica "Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição".

## 7.2.4 Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	2021	2020
Passivo a descoberto nas coligadas – Correspondente a participação da BNDESPAR <sup>(1)</sup>	926.237	899.930
Perdas não reconhecidas no resultado do exercício <sup>(1)</sup>	<b>26.307</b>	<b>647.247</b>

<sup>(1)</sup> Apurado no investimento em coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante, apresentadas no grupo de "Outras" dos quadros anteriores.

## 7.2.5 Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, identificando a necessidade de constituição de provisão no montante de R\$ 178.947. A mesma análise efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 resultou na reversão de provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 14.441, líquida de constituição de R\$ 55.933.

## 7.3. Outras participações societárias

Empresas investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital	2021	2020
	Ordinárias	Preferenciais			
FGI <sup>(1)</sup>	84.344	-	14,75	100.000	103.000
<b>Total</b>				<b>100.000</b>	<b>103.000</b>

<sup>(1)</sup> Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010.

## 7.4. Outros investimentos

	2021	2020
Títulos patrimoniais	296	296
Obras de arte	244	244
Participação Empreendimentos – VALE: Projeto 118 <sup>(1)</sup>	41.606	41.606
<b>Total</b>	<b>42.146</b>	<b>42.146</b>

<sup>(1)</sup> Valor contábil líquido de provisões no valor de R\$ 3.502.

## 8. OUTROS CRÉDITOS

### 8.1. Direitos a receber – Sistema Eletrobras

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória n.º 600, de mesma data, convertida na Lei n.º 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R\$ 6.001.807. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R\$ 5.998.585, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 3.222 em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente. O vencimento dos recebíveis ocorre entre março/2020 e fev/2023 (pagamentos mensais) e a Taxa Interna de Retorno é de 9,34%.

	2021	2020
Direitos a receber – Sistema Eletrobras	5.045.893	8.711.821
<b>Total</b>	<b>5.045.893</b>	<b>8.711.821</b>
Circulante	4.549.390	4.295.530
Não circulante	496.503	4.416.291

## 9. OUTROS VALORES E BENS

	2021	2020
<b>Bens não de Uso Próprio</b>	-	<b>1.786</b>
Imóveis	-	1.477
Outros	-	787
Provisão para desvalorizações	-	(478)
<b>Material em estoque</b>	<b>1.187</b>	<b>1.200</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1.187</b>	<b>2.986</b>
<b>Ativos não financeiros mantidos para venda</b>	<b>2.287</b>	-
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>1.280.074</b>	<b>1.293.242</b>
Prêmio de seguro	263.125	282.783
Comissão de agente	23.388	23.514
Prêmio de seguro financiado	993.561	986.945
<b>Total</b>	<b>1.283.548</b>	<b>1.296.228</b>

## 10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	BNDES		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
<b>Empréstimos</b>				
País	2.832.950	3.192.380	2.832.950	3.192.380
Exterior	9.007.763	8.385.578	9.007.763	8.385.578
	<b>11.840.713</b>	<b>11.577.958</b>	<b>11.840.713</b>	<b>11.577.958</b>
<b>Repasses</b>				
País				
Tesouro nacional	101.318.093	158.463.841	101.318.093	158.463.841
Fundo Marinha Mercante	24.029.327	25.824.431	24.029.327	25.824.431
Outros	635.909	451.153	635.909	451.153
Exterior - Instituições multilaterais	24.390.216	27.012.288	24.390.216	27.012.288
	<b>150.373.545</b>	<b>211.751.713</b>	<b>150.373.545</b>	<b>211.751.713</b>
<b>Total</b>	<b>162.214.258</b>	<b>223.329.671</b>	<b>162.214.258</b>	<b>223.329.671</b>
Circulante	13.792.663	17.445.018	13.792.663	17.445.018
Não circulante	148.421.595	205.884.653	148.421.595	205.884.653

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as Demonstrações Financeiras do BNDES.

### 10.1. Composição

#### a) Empréstimos no país

	2021	2020
Obrigações por aquisição de títulos federais	1.833.882	2.199.614
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	999.068	992.766
<b>Total</b>	<b>2.832.950</b>	<b>3.192.380</b>
Circulante	445.660	441.325
Não circulante	2.387.290	2.751.055

#### Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 1.833.882 em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 372.270 no circulante e R\$ 1.461.612 no não circulante – (R\$ 2.199.614, sendo R\$ 373.665 no circulante e R\$ 1.825.949 no não circulante em 31 de dezembro de 2020) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

## b) Empréstimos no exterior - Bônus

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	2021	2020
USD 1,75 bilhão <sup>(1)</sup>	26/09/2023 <sup>(2) (3)</sup>	5,750%	Bank of New York	6.105.452	5.685.549
USD 1 bilhão	09/05/2024 <sup>(4)</sup>	4,750%	Bank of New York	2.772.381	2.581.710
Juros provisionados				129.930	118.319
<b>Total</b>				<b>9.007.763</b>	<b>8.385.578</b>
Circulante				129.930	118.319
Não circulante				8.877.833	8.267.259

<sup>(1)</sup> Saldo composto pela emissão original realizada em setembro de 2013 no valor de USD 1,250 bilhão e pela reabertura deste título, realizada em abril de 2014 no valor adicional de USD 500 milhões.

<sup>(2)</sup> Entre 16 e 20 de novembro de 2015, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 309,8 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

<sup>(3)</sup> Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foram cancelados USD 655,9 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

<sup>(4)</sup> Entre 10 e 14 de setembro de 2018, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 503,2 milhões do título com vencimento em 09/05/2024. A totalidade dos títulos recomprados por meio desta oferta foi cancelada em 21 de setembro de 2018.

## c) Repasses no país

### Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	2021	2020
US\$	15,59	891.339	897.331
US\$ + 3,02%	17,38	5.182.723	5.101.912
SELIC	18,40	3.634.576	34.685.143
TJLP	19,23	90.890.900	114.951.847
TLP	19,23	243.271	403.350
Reais + 3,25%	2,03	28.092	1.894.663
Juros provisionados		447.192	529.595
<b>Total</b>		<b>101.318.093</b>	<b>158.463.841</b>
Circulante		8.138.152	11.967.434
Não circulante		93.179.941	146.496.407

Durante o exercício de 2021, o BNDES antecipou ao Tesouro Nacional R\$ 63 bilhões, sendo R\$ 49,5 bilhões de operações de repasses e R\$ 13,5 bilhões de Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, conforme Nota Explicativa n.º 19.2.3.

### Fundo da Marinha Mercante – FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 24.029.327 (R\$ 25.824.431 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 2.306.607 no circulante e R\$ 21.722.720 no não circulante (R\$ 2.149.987 no circulante e R\$ 23.674.444 no não circulante em 31 de dezembro de 2020). O percentual atrelado à moeda estrangeira era de 77% em 31 de dezembro de 2021 (74% em 31 de dezembro de 2020).

#### d) Repasses no Exterior – Instituições Multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	2021	2020
Japan Bank for International Cooperation – JBIC <sup>(1)</sup>	YEN/US\$	5,69	1.488.133	2.669.805
Inter-American Development Bank - BID	US\$	14,71	17.613.453	17.701.259
Nordic Investment Bank - NIB	US\$	0,46	50.732	141.728
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	US\$	9,45	3.146.100	3.324.683
Agence Française de Développement - AFD	US\$	5,20	638.657	713.680
El Instituto de Crédito Oficial - ICO <sup>(2)</sup>	US\$	-	-	938.169
New Development Bank - NDB	US\$	7,61	1.395.125	1.472.399
Juros provisionados			58.016	50.565
<b>Total</b>			<b>24.390.216</b>	<b>27.012.288</b>
Circulante			2.772.314	2.767.953
Não circulante			21.617.902	24.244.335

<sup>(1)</sup> Em 20/12/2021 foi efetuado o pré-pagamento parcial da dívida com o *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC.

<sup>(2)</sup> Em 15/09/2021 foi efetuado o pré-pagamento integral da dívida com o Instituto de Crédito Oficial – ICO.

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,27% e 4,31% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Taxas de captação:		
Até 3%	22.932.818	25.414.519
De 3,1 a 5%	1.399.382	1.547.204
Juros provisionados	58.016	50.565
<b>Total</b>	<b>24.390.216</b>	<b>27.012.288</b>

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao *Nordic Investment Bank* – NIB, até o ano de 2010, contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC, *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW, *Agence Française de Développement* – AFD e *El Instituto de Crédito Oficial* – ICO, incluindo a operação celebrada com o NIB em julho de 2015 e o contrato firmado com a instituição multilateral *New Development Bank* – NDB em 2017, não demandaram garantia formal da União.

## 10.2. Composição por vencimento

	2021			2020		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	10.890.419	2.902.244	13.792.663	14.558.746	2.886.272	17.445.018
Entre 1 e 2 anos	9.859.327	2.622.174	12.481.501	13.340.672	2.721.075	16.061.747
Entre 2 e 3 anos	8.146.933	2.504.392	10.651.325	12.010.327	2.636.166	14.646.493
Entre 3 e 5 anos	16.001.880	4.782.400	20.784.280	21.291.355	5.054.906	26.346.261
Entre 5 e 10 anos	35.691.744	6.713.159	42.404.903	49.911.717	8.478.484	58.390.201
Após 10 anos	48.225.976	13.873.610	62.099.586	76.818.988	13.620.963	90.439.951
<b>Total</b>	<b>128.816.279</b>	<b>33.397.979</b>	<b>162.214.258</b>	<b>187.931.805</b>	<b>35.397.866</b>	<b>223.329.671</b>

## 11. FAT – DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

Para maiores informações sobre o FAT, vide Nota Explicativa n.º 26.17.

### 11.1. FAT Constitucional

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

	2021	2020
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/Selic)	303.565.919	271.976.818
FAT - Moeda estrangeira (Cambial - US\$) <sup>(1)</sup>	29.585.794	29.761.579
	<b>333.151.713</b>	<b>301.738.397</b>
Juros provisionados	7.562.220	6.068.900
<b>Total</b>	<b>340.713.933</b>	<b>307.807.297</b>
Circulante	7.562.220	6.068.900
Não circulante	333.151.713	301.738.397

<sup>(1)</sup> Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT n.º 320, de 29.04.2003).

### Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

Vide Nota Explicativa n.º 21.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

### 11.2. FAT – Depósitos Especiais

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Depósitos especiais – FAT” pelos seguintes programas:

FAT – Depósitos especiais	2021	2020
Fomentar	2.059.596	2.959.280
Pronaf	3.441.417	2.445.733
Infraestrutura	1.140.251	1.776.856
<b>Total</b>	<b>6.641.264</b>	<b>7.181.869</b>
Circulante	939.667	1.027.032
Não circulante	5.701.597	6.154.837

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	Entra-das	2021											
		Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
		SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
<b>FAT INFRAESTRUTURA</b>	-	9.438	51.808	-	61.246	9.026	52.216	-	636.610	697.852	158.669	981.582	1.140.251
Econômica-TADE n.º 06/2005	-	9.438	51.808	-	61.246	9.026	52.216	-	636.610	697.852	158.669	981.582	1.140.251
<b>PRONAF:</b>	1.350.000	5.983	39.196	200.768	245.947	4.627	40.048	181.490	374.096	600.261	326.356	3.115.061	3.441.417
Investimento-TADE n.º 19/2005	1.350.000	5.983	39.196	200.768	245.947	4.627	40.048	181.490	374.096	600.261	326.356	3.115.061	3.441.417
<b>FAT FOMENTAR:</b>	50.000	18.749	8.933	223.016	250.698	16.684	9.609	225.026	949.064	1.200.383	318.509	1.741.087	2.059.596
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	50.000	18.357	4.012	215.157	237.526	16.339	4.515	217.643	918.110	1.156.607	314.006	1.580.116	1.894.122
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	-	392	4.921	7.859	13.172	345	5.094	7.383	30.954	43.776	4.503	160.971	165.474
<b>Total</b>	<b>1.400.000</b>	<b>34.170</b>	<b>99.937</b>	<b>423.784</b>	<b>557.891</b>	<b>30.337</b>	<b>101.873</b>	<b>406.516</b>	<b>1.959.770</b>	<b>2.498.496</b>	<b>803.534</b>	<b>5.837.730</b>	<b>6.641.264</b>

### 11.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>277.825.479</b>	<b>29.981.818</b>	<b>7.181.869</b>	<b>314.989.166</b>
. Ingresso de recursos	20.773.347	-	1.400.000	22.173.347
. Variação cambial	-	2.149.028	-	2.149.028
. Provisão de juros	15.097.408	420.021	185.002	15.702.431
. Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	372.889	372.889
. Capitalização de juros	8.734.962	-	-	8.734.962
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(1.959.770)	(1.959.770)
. Pagamento de juros	(14.024.109)	-	(538.726)	(14.562.835)
. Movimentação cambial	2.510.115	(2.754.136)	-	(244.021)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>310.917.202</b>	<b>29.796.731</b>	<b>6.641.264</b>	<b>347.355.197</b>

## 12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

Títulos	2021	2020
Letras do Tesouro Nacional – LTN	32.944.484	25.496.919
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	2.513.694	12.120.276
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	3.604.886	38.237
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	762.053	2.866.110
<b>Total</b>	<b>39.825.117</b>	<b>40.521.542</b>
Circulante	39.825.117	40.521.542
Não circulante	-	-

## 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### 13.1. Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	2021	2020
Fundo Amazônia (FA)	3.672.749	3.638.695
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	1.383.629	1.514.350
Fundo de Terras (FT)	880.539	996.598
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	1.648.266	1.764.789
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	760.775	578.514
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	240.908	244.182
Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	3.945	2.616
Outros	276.677	2.005
<b>Total</b>	<b>8.867.488</b>	<b>8.741.749</b>

### 13.2. Depósitos a apropriar

	2021	2020
Depósitos para liquidação de operações de crédito	287.910	405.135
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	76.691	71.467
Outros	57.838	18.906
<b>Total</b>	<b>422.439</b>	<b>495.508</b>
Circulante	422.439	495.508

### 13.3. Garantias Financeiras e Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Tipo de Garantia Financeira	Garantias Prestadas		Provisão	
	2021	2020	2021	2020
Outros Avais	90.992	-	910	-
<b>Total</b>	<b>90.992</b>	<b>-</b>	<b>910</b>	<b>-</b>

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas segue os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.512/2016 e n.º 2.682/1999, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 26.20.

#### 13.3.1. Movimentação da provisão para Garantias Prestadas

	2021	2020
Saldo no início do exercício	116	-
Constituição	2	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>118</b>	<b>-</b>

### 13.4. Diversas

	2021	2020
<b>Circulante</b>		
Provisão de desembolso - Fundo Social	154.485	222.132
Provisão de desembolso - FUNTEC	294.019	151.388
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	9.570	12.740
Operações financeiras a liquidar	603.228	120.813
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 19.8)	251.427	247.735
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 19.8)	2.282	2.389
Fornecedores	113.081	113.441
Obrigações trabalhistas (pessoal)	370.934	325.796
Depósitos a apropriar	11.188	17.044
Valores a pagar - FGPC	47.622	35.678
Outras	49.103	68.418
	<b>1.906.939</b>	<b>1.317.574</b>
<b>Não circulante</b>		
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 19.8)	2.051	1.821
Garantias financeiras prestadas (Nota Explicativa n.º 13.3)	910	-
	<b>2.961</b>	<b>1.821</b>
<b>Total</b>	<b>1.909.900</b>	<b>1.319.395</b>

## 14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Debêntures - emissão privada	1.104.756	1.552.183
Letras Financeiras	1.053.682	1.004.450
<b>Total</b>	<b>2.158.438</b>	<b>2.556.633</b>
Circulante	1.423.552	445.113
Não circulante	734.886	2.111.520

#### 14.1. Debêntures - Emissão privada - (BNDES)

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir:

	2021	2020
3ª emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	236.078	329.956
Juros provisionados (6% a.a.)	656	840
2ª série		
Principal corrigido (TR)	236.078	329.956
Juros provisionados (6% a.a.)	656	840
3ª série		
Principal corrigido (TR)	236.078	329.956
Juros provisionados (6% a.a.)	656	840
4ª série		
Principal corrigido (TR)	236.078	329.956
Juros provisionados (6% a.a.)	656	840
5ª série		
Principal corrigido (TR)	157.383	228.417
Juros provisionados (6% a.a.)	437	582
<b>Total</b>	<b>1.104.756</b>	<b>1.552.183</b>
Circulante	369.870	445.113
Não circulante	734.886	1.107.070

## 14.2. Letras Financeiras

Em 22 de outubro de 2020 o BNDES emitiu R\$ 1 bilhão em Letras Financeiras Verdes (LFV), conhecidos como “*Green Bonds*”. A captação foi lançada toda no mercado doméstico brasileiro, com vencimento de dois anos e taxa de CDI + 0,45% ao ano. A emissão foi realizada na forma de oferta privada aos principais parceiros de negócios do BNDES, em especial instituições financeiras e investidores institucionais brasileiros, e os recursos serão destinados no financiamento de projetos ambientalmente sustentáveis de geração de energia, atestados por uma empresa verificadora, especializada na área ambiental.

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	2021	2020
Valores de emissão (Principal)	2022	1.000.000	1.000.000
Juros provisionados		53.682	4.450
<b>Total</b>		<b>1.053.682</b>	<b>1.004.450</b>
Circulante		1.053.682	-
Não circulante		-	1.004.450

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitas às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL <sup>(1)</sup>	25%
Contribuição para o PIS/PASEP <sup>2</sup>	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS <sup>(2)</sup>	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

<sup>(1)</sup> A alíquota da CSLL foi majorada para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando a 20% a partir de 2022, conforme Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

<sup>(2)</sup> Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 26.18.

### 15.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	2º semestre 2021	2021	2020
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>24.643.735</b>	<b>48.121.686</b>	<b>31.818.866</b>
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 50%	(13.495.765)	(24.060.843)	(14.318.490)
<b>Ajustes</b>	<b>8.058.609</b>	<b>10.261.816</b>	<b>3.430.982</b>
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos <sup>(1)</sup>	(89.208)	(835.199)	(760.569)
· Majoração da alíquota da CSLL <sup>(2)</sup>	356.588	628.093	259.807
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	2.712.175	3.810.257	409.371
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	3.251.786	4.768.934	1.822.535
· Juros sobre o capital próprio	1.685.022	1.685.022	1.434.035
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	(53.430)	(20.804)	100.122
· Participações no resultado	116.237	116.237	103.937
· Outras diferenças permanentes	79.439	109.276	61.744
<b>Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE</b>	<b>(5.437.156)</b>	<b>(13.799.027)</b>	<b>(10.887.508)</b>
· Tributos Correntes	(2.971.162)	(10.630.839)	(11.183.031)
· Tributos Diferidos	(2.465.994)	(3.168.188)	295.523
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>22,06%</b>	<b>28,68%</b>	<b>34,22%</b>

<sup>(1)</sup> Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

<sup>(2)</sup> Refere-se a 5% de majoração na alíquota da CSLL a partir de março de 2020, que passou de 15% para 20%, como também da diferença da constituição dos créditos e obrigações tributárias diferidas, quando sua expectativa de realização ocorre em 2021, tendo em vista a majoração estabelecida pela Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

	2021	2020
<b>Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado</b>	<b>10.630.839</b>	<b>11.183.031</b>
Ajustes de exercícios anteriores	17.232	(312.182)
<b>Tributos correntes devidos no exercício</b>	<b>10.648.071</b>	<b>10.870.849</b>
(-) Antecipações	(6.395.299)	(8.693.470)
<b>Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar</b>	<b>4.252.772</b>	<b>2.177.379</b>

## 15.2. IR e CSLL Diferidos

### (a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

Ativo	2021	2020	Fundamento para realização
<b>Contrapartida no resultado:</b>			
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.245.397	13.150.069	Recebimento ou efetivação da perda
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.562.474	3.228.017	Alienação de títulos
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	1.021.473	338.058	Alienação de títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	668.949	614.127	Decisão judicial definitiva
. Participação dos empregados no lucro	112.966	111.207	Pagamento
. Ágio amortizado	69.591	93.686	Alienação de títulos
. Outros	342.746	215.052	
<b>Subtotal</b>	<b>18.023.596</b>	<b>17.750.216</b>	
<b>Contrapartida no patrimônio líquido:</b>			
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	877.081	3.008.552	Alienação de títulos
. Perda atuarial – FAMS	23.202	94.988	Pagamento das despesas médicas
<b>Subtotal</b>	<b>900.283</b>	<b>3.103.540</b>	
<b>Total dos créditos tributários diferidos</b>	<b>18.923.879</b>	<b>20.853.756</b>	
. Circulante	-	-	
. Não circulante	18.923.879	20.853.756	
<b>Passivo</b>			
<b>Contrapartida no resultado:</b>			
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(3.428.542)	13.026	Alienação de títulos
. Outros	(5.977)	(5.977)	
<b>Subtotal</b>	<b>(3.434.519)</b>	<b>7.049</b>	
<b>Contrapartida no patrimônio líquido:</b>			
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(8.478.291)	(19.157.655)	Alienação de títulos
. Ganho atuarial – FAMS	(223.164)	-	
<b>Subtotal</b>	<b>(8.701.455)</b>	<b>(19.157.655)</b>	
<b>Total dos débitos tributários diferidos</b>	<b>(12.135.974)</b>	<b>(19.150.606)</b>	
. Circulante	-	-	
. Não circulante	(12.135.974)	(19.150.606)	

### (b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

Ativo	2020	Constituição	Realização	2021
<b>Contrapartida no resultado:</b>				
. Provisão para risco de crédito	13.150.069	5.122.199	(7.026.871)	11.245.397
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	3.228.017	1.334.457	-	4.562.474
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	338.058	683.415	-	1.021.473
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	614.127	60.954	(6.132)	668.949
. Participação dos empregados no lucro	111.207	112.966	(111.207)	112.966
. Ágio amortizado	93.686	8.754	(32.849)	69.591
. Outros	215.052	238.481	(110.787)	342.746
<b>Subtotal</b>	<b>17.750.216</b>	<b>7.561.226</b>	<b>(7.287.846)</b>	<b>18.023.596</b>
<b>Contrapartida no patrimônio líquido:</b>				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	3.008.552	-	(2.131.471)	877.081
. Perda atuarial – FAMS	94.988	19.584	(91.370)	23.202
<b>Subtotal</b>	<b>3.103.540</b>	<b>19.584</b>	<b>(2.222.841)</b>	<b>900.283</b>
<b>Total dos créditos tributários diferidos</b>	<b>20.853.756</b>	<b>7.580.810</b>	<b>(9.510.687)</b>	<b>18.923.879</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Contrapartida no resultado:</b>				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	13.026	(4.263.799)	822.231	(3.428.542)
. Outros	(5.977)	-	-	(5.977)
<b>Subtotal</b>	<b>7.049</b>	<b>(4.263.799)</b>	<b>822.231</b>	<b>(3.434.519)</b>
<b>Contrapartida no patrimônio líquido:</b>				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(19.157.655)	-	10.679.364	(8.478.291)
. Ganho atuarial – FAMS	-	(223.164)	-	(223.164)
<b>Subtotal</b>	<b>(19.157.655)</b>	<b>(223.164)</b>	<b>10.679.364</b>	<b>(8.701.455)</b>
<b>Total dos débitos tributários diferidos</b>	<b>(19.150.606)</b>	<b>(4.486.963)</b>	<b>11.501.595</b>	<b>(12.135.974)</b>

### (c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos:

	2020	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2021
Créditos tributários diferidos	20.853.756	273.380	(2.203.257)	18.923.879
Débitos tributários diferidos	(19.150.606)	(3.441.568)	10.456.200	(12.135.974)
<b>Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos</b>	<b>1.703.150</b>	<b>(3.168.188)</b>	<b>8.252.943</b>	<b>6.787.905</b>

	2019	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2020
Créditos tributários diferidos	21.132.124	27.055	(305.423)	20.853.756
Débitos tributários diferidos	(26.770.006)	268.468	7.350.932	(19.150.606)
<b>Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos</b>	<b>(5.637.882)</b>	<b>295.523</b>	<b>7.045.509</b>	<b>1.703.150</b>

### d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos:

Em 31 de dezembro de 2021 não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R\$ 5.130.007 dos quais R\$ 5.992.686 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado (R\$ 5.759.372 em 31 de dezembro de 2020, dos quais R\$ 5.221.513 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

### e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos:

	2021				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	7.389.028	39,04%	(5.542.782)	45,66%	1.846.246
2023	3.634.963	19,21%	(5.439.001)	44,82%	(1.804.038)
2024	1.033.669	5,46%	(289.607)	2,39%	744.062
2025	2.760.943	14,59%	48.699	-0,40%	2.809.642
2026	918.840	4,86%	5.906	-0,05%	924.746
2027 a 2031	3.522.302	18,61%	28.467	-0,23%	3.550.769
Após 2031*	(335.866)	-1,77%	(947.656)	7,81%	(1.283.522)
<b>Total</b>	<b>18.923.879</b>	<b>100,00%</b>	<b>(12.135.974)</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.787.905</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>14.787.876</b>		<b>(10.172.140)</b>		<b>4.615.736</b>

	2020				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2021	6.106.513	29,29%	(7.041.370)	36,77%	(934.857)
2022	3.323.728	15,94%	(5.299.813)	27,67%	(1.976.085)
2023	2.951.789	14,15%	(5.595.704)	29,22%	(2.643.915)
2024	1.701.216	8,16%	(21.434)	0,11%	1.679.782
2025	3.228.888	15,48%	(179.155)	0,94%	3.049.733
2026 a 2030	3.533.217	16,94%	(171.775)	0,90%	3.361.442
Após 2030*	8.405	0,04%	(841.355)	4,39%	(832.950)
<b>Total</b>	<b>20.853.756</b>	<b>100,00%</b>	<b>(19.150.606)</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.703.150</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>16.433.393</b>		<b>(16.224.820)</b>		<b>208.573</b>

(\*) Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

## 15.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	2021	2020
IRPJ/CSLL a compensar / Saldo Negativo	24.904	-
Imposto de renda retido na fonte	325.704	92.408
Outros	5.974	2.329
<b>Total no Ativo Circulante</b>	<b>356.582</b>	<b>94.737</b>

## 16. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.19.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	2021	2020
Processos trabalhistas	98.565	84.251
Processos cíveis	1.820.395	1.677.396
<b>Total</b>	<b>1.918.960</b>	<b>1.761.647</b>
Circulante	754.486	2.030
Não circulante	1.164.474	1.759.617

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	2021	
	Processos trabalhistas	Processos cíveis
Até 1 ano	114	754.372
Entre 1 e 2 anos	63.177	757
Entre 2 e 3 anos	12.635	6.499
Entre 3 e 5 anos	21.256	1.057.279
Entre 5 e 10 anos	1.383	1.488
Após 10 anos	-	-
<b>Total</b>	<b>98.565</b>	<b>1.820.395</b>

### a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 136 processos judiciais em andamento, referentes principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas no exercício:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	84.251	75.356
Pagamentos	(1.737)	(63)
Constituições	17.803	9.297
Reversões	(1.752)	(339)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>98.565</b>	<b>84.251</b>

Em 31 de dezembro de 2021, havia 20 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 9.420. Em 31 de dezembro de 2020, havia 32 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 9.396.

### b) Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 36 processos, cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989, além daqueles acerca de questões contratuais.

Movimentação das provisões cíveis no exercício:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.677.396	1.499.540
Pagamentos	(42)	(122)
Constituições	152.205	178.653
Reversões	(9.164)	(675)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.820.395</b>	<b>1.677.396</b>

Em 31 de dezembro de 2021, havia 49 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.516.670. Em 31 de dezembro de 2020, havia 41 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.262.132.

## 17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 26.15

### 17.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	2021	2020
Passivo atuarial - PBB	1.920.688	3.479.669
Passivo atuarial - PAS	3.634.405	4.809.207
	<b>5.555.093</b>	<b>8.288.876</b>
<b>Circulante</b>		
Passivo atuarial - PBB	363.885	277.792
Passivo atuarial - PAS	72.407	63.637
	<b>436.292</b>	<b>341.429</b>
<b>Não circulante</b>		
Passivo atuarial - PBB	1.556.803	3.201.877
Passivo atuarial - PAS	3.561.998	4.745.570
	<b>5.118.801</b>	<b>7.947.447</b>

#### 17.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 30 de novembro de 2021 e atualizada até 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Valor presente da obrigação atuarial	18.623.309	21.771.479
Valor justo dos ativos do plano	(14.781.934)	(14.812.141)
<b>Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos</b>	<b>3.841.375</b>	<b>6.959.338</b>
Efeito do compartilhamento de risco	(1.920.687)	(3.479.669)
<b>Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador</b>	<b>1.920.688</b>	<b>3.479.669</b>

A partir de 31 de dezembro de 2020 o passivo atuarial do PBB, ou de valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD), passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberto pelo valor justo dos ativos do plano, dada a adoção do compartilhamento de risco com participantes e assistidos, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES.

O referido estudo apresentou novas informações e agregou mais experiência sobre o tema. Ficou evidenciado o amadurecimento do processo, especialmente sobre o ponto de vista da segurança jurídica e o alinhamento à aplicação da prática mais recente, onde a paridade contributiva foi estritamente observada nos casos dos últimos equacionamentos de déficits, por meio de contribuições extraordinárias paritárias do patrocinador e dos patrocinados, e recentes teses jurídicas que afastam o risco de decisões judiciais afetarem o equilíbrio dos planos de previdência complementar ou obrigarem aos patrocinadores do Sistema BNDES arcarem com o ônus de custeio extraordinário unilateralmente, sendo remota a assunção pelos mesmos de ônus superior à paridade contributiva definida na Lei Complementar 108/2001.

## Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	2021	2020
Valor presente no início do exercício	21.771.479	17.921.751
Custo do serviço corrente	438.392	631.322
Custo de juros	1.419.510	1.390.893
Contribuição dos participantes do plano	104.658	83.403
Benefícios pagos	(834.615)	(781.455)
Perdas (ganhos) atuariais	(4.276.115)	711.747
Mudança de premissas (Cresc. salarial)	(372.967)	(162.698)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(5.049.816)	(374.835)
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	877.662
Ajuste de experiência	1.146.668	371.618
Efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco <sup>(1)</sup>	-	1.813.818
<b>Valor presente no final do exercício <sup>(2)</sup></b>	<b>18.623.309</b>	<b>21.771.479</b>

<sup>(1)</sup> Para a utilização do compartilhamento de risco, é necessária a exclusão das contribuições de participantes e assistidos na projeção do passivo atuarial, para o cálculo do valor presente da obrigação bruta, sem desconto de contribuições, tendo ocorrido a mudança de estimativa no encerramento do exercício passado.

<sup>(2)</sup> A partir de 2020, valor presente no final do exercício com compartilhamento de riscos.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 17.2.

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	2021	2020
Valor justo no início do exercício	14.812.141	15.073.987
Receita de juros	1.123.941	1.133.614
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(630.063)	(866.041)
Contribuições recebidas do empregador <sup>(1)</sup>	205.872	168.633
Contribuições recebidas dos participantes <sup>(2)</sup>	104.658	83.403
Benefícios pagos	(834.615)	(781.455)
Benefícios brutos	(942.923)	(872.836)
Contribuições descontadas dos assistidos <sup>(2)</sup>	108.308	91.381
<b>Valor justo no final do exercício</b>	<b>14.781.934</b>	<b>14.812.141</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida (por ora, suspensas).

<sup>(2)</sup> Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 186.076 (R\$ 212.966 para o consolidado).

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 213.077.

A duração média da obrigação atuarial é de 16,81 anos em 31 de dezembro de 2021 (20,64 anos em 31 de dezembro de 2020).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PBB	1.123.015	1.122.621	1.131.156	2.308.592	5.952.718	57.060.322	<b>68.698.424</b>

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2020 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PBB	1.000.595	1.001.067	1.001.742	2.045.741	5.342.039	58.247.186	<b>68.638.370</b>

## Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na Demonstração do Resultado são assim demonstrados:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Custo do serviço corrente	(222.974)	(438.392)	(631.322)
Custo dos juros da obrigação	(773.144)	(1.419.510)	(1.390.893)
Receita de juros dos ativos	606.405	1.123.941	1.133.614
<b>Subtotal</b>	<b>(389.713)</b>	<b>(733.961)</b>	<b>(888.601)</b>
Contribuições recebidas do empregador	111.861	205.872	168.633
<b>Total</b>	<b>(277.852)</b>	<b>(528.089)</b>	<b>(719.968)</b>

Os valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes <sup>(1)</sup>	2021	2020
Saldo no início do exercício	835.374	747.295
Ganhos (Perdas) atuariais	4.276.115	(711.747)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(630.063)	(866.041)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>4.481.426</b>	<b>(830.493)</b>
Efeito do compartilhamento de risco <sup>(2)</sup>	(1.558.998)	1.665.867
<b>Saldo no final do exercício (com compartilhamento de risco)</b>	<b>2.922.428</b>	<b>835.374</b>

<sup>(1)</sup> Saldos dos ajustes de avaliação patrimonial do BNDES, BNDESPAR e FINAME.

<sup>(2)</sup> Variação do efeito do compartilhamento de risco nos exercícios findos.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	2021				31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	58.678	12.951.609	538.578	13.548.865	62.942	13.239.294	426.652	13.728.888
Ações	-	404.435	-	404.435	8.095	501.954	-	510.049
Renda fixa	-	-	-	-	-	2	-	2
Multimercado	-	12.547.174	-	12.547.174	-	12.737.338	-	12.737.338
Participações	-	-	538.578	538.578	-	-	426.652	426.652
Fundos imobiliários	58.678	-	-	58.678	54.847	-	-	54.847
Imóveis <sup>1</sup>	-	-	898.787	898.787	-	-	965.770	965.770
Locados a terceiros	-	-	829.356	829.356	-	-	887.951	887.951
Locados aos patrocinadores	-	-	69.431	69.431	-	-	77.819	77.819
Empréstimos e financiamentos	-	-	468.855	468.855	-	-	435.643	435.643
<b>Subtotal</b>	<b>58.678</b>	<b>12.951.609</b>	<b>1.906.220</b>	<b>14.916.507</b>	<b>62.942</b>	<b>13.239.294</b>	<b>1.828.065</b>	<b>15.130.301</b>
Outros ativos não avaliados a valor justo <sup>2</sup>	-	-	-	93.605	-	-	-	85.065
Outras deduções <sup>3</sup>	-	-	-	(286.481)	-	-	-	(381.097)
<b>Total 30/11/2021 e 30/11/2020</b>				<b>14.723.631</b>				<b>14.834.269</b>
Atualização de data-base <sup>4</sup>	-	-	-	58.303	-	-	-	(22.128)
<b>Total</b>				<b>14.781.934</b>				<b>14.812.141</b>

<sup>1</sup> O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 17.128 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 17.293 em 31 de dezembro de 2020).

<sup>2</sup> Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis

<sup>3</sup> Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos

<sup>4</sup> Projeção do valor justo dos ativos do plano de 30/11/2021 para 31/12/2021. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/12/2021.

## Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2021, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Varição % sobre a obrigação atuarial
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 1% a.a.	(2.107.743)	-11,32%
Redução de 1% a.a.	2.628.425	14,11%
<b>Tábua de mortalidade</b>		
Aumento de 1 ano na idade	374.430	2,01%
Redução de 1 ano na idade	(383.757)	-2,06%
<b>Taxa de crescimento salarial</b>		
Aumento de 1% a.a.	682.849	3,67%
Redução de 1% a.a.	(595.834)	-3,20%

## Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	2021	2020
Contratos de 2002 (a)	1.235.001	1.067.868
Contratos de 2004 (b)	90.266	79.116
<b>Total</b>	<b>1.325.267</b>	<b>1.146.984</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

<sup>(b)</sup> Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, no âmbito do processo TC-029.845/2016-5 (tendo sido o mandado denegado em decisão monocrática, ainda não transitada em julgado), e também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos (não tendo obtido, até o presente momento, decisão favorável).

## Considerações adicionais

### (a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26 de julho de 2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24 de novembro de 2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31 de janeiro de 2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03 de maio de 2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14 de agosto de 2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27 de agosto de 2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09 de dezembro de 2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

#### (b) Plano de ação para devolução dos valores aportados na FAPES em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22 de agosto de 2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 03 de março de 2021, foi proferido despacho em que o magistrado indeferiu a prova pericial na especialidade econômico-financeira requerida pela FAPES, sob o argumento de que a matéria tratada nos autos é apenas de direito, e abriu prazo para a União apresentar Réplica. O processo está concluso com o juiz desde o dia 05 de outubro de 2021 para julgamento. O processo encontra-se em fase inicial, não sendo possível precisar o tempo de sua duração ou quando será proferida a sentença.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

## 17.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	2021	2020
Valor presente das obrigações não fundeadas	3.634.405	4.809.207
<b>Passivo líquido</b>	<b>3.634.405</b>	<b>4.809.207</b>

A movimentação no saldo da obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	4.809.207	4.981.630
Custo do serviço corrente	217.993	252.994
Custo de juros da obrigação	389.500	400.668
Perdas (Ganhos) atuariais	(1.671.492)	(735.326)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(1.524.839)	(121.472)
Ajuste de experiência	(146.653)	(980.207)
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	366.353
Benefícios pagos	(110.803)	(90.759)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>3.634.405</b>	<b>4.809.207</b>

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 17.2.

## Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Custo do serviço corrente	(110.875)	(217.993)	(252.994)
Custo dos juros da obrigação	(215.798)	(389.500)	(400.668)
<b>Subtotal</b>	<b>(326.673)</b>	<b>(607.493)</b>	<b>(653.662)</b>
Benefícios pagos	62.608	110.803	90.759
<b>Total</b>	<b>(264.065)</b>	<b>(496.690)</b>	<b>(562.903)</b>

Os valores reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial são assim demonstrados <sup>(1)</sup>:

	2021	2020
Saldo do início do exercício	(1.319.039)	(2.054.365)
Ganhos (Perdas) atuariais	1.671.492	735.326
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>352.453</b>	<b>(1.319.039)</b>

<sup>(1)</sup> Saldos dos ajustes de avaliação patrimonial do BNDES, BNDESPAR e FINAME.

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 104.184.

A duração média da obrigação atuarial é de 24,72 anos em 31 de dezembro de 2021 (29,08 anos em 31 de dezembro de 2020).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PAS	104.184	109.370	114.629	248.357	749.428	22.178.492	<b>23.504.460</b>

## Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2021, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 1% a.a.	(581.075)	-15,99%
Redução de 1% a.a.	772.037	21,24%
<b>Tábua de mortalidade</b>		
Aumento de 1 ano na idade	139.430	3,84%
Redução de 1 ano na idade	(138.167)	-3,80%
<b>Taxa de variação dos custos médicos</b>		
Aumento de 1% a.a.	765.647	21,07%
Redução de 1% a.a.	(587.096)	-16,15%

## 17.2. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2021	2020
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	2,66% a.a.	3,24% a.a.
Grupo Apoio	2,59% a.a.	2,91% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,25% a.a.	6,91% a.a.
Grupo Apoio	6,18% a.a.	6,56% a.a.
Taxa de desconto nominal	8,92% a.a.	7,16% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,55% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	8,92% a.a.	7,16% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

A taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 5,24% a.a., correspondente à taxa indicativa da NTN-B, negociada em 20/12/2021 pelo Tesouro Direto, com vencimento em 15/05/2035, o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo título registrou taxa de 5,32% a.a. em 30/12/2021, representando aumento de 0,08 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

## 17.3. Processos Judiciais e Contingências

		2021		2020	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	20.030	81	24.603	161
	Quantidade	22	7	26	6
Classificação: Possível	Valor	79.508	260	65.246	254
	Quantidade	59	9	76	11

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 20.030 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 81 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 79.508 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 260 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

#### 17.4. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Vale-refeição	32.163	60.931	60.851
Assistência Educacional	14.797	27.882	26.602
<b>Total</b>	<b>46.960</b>	<b>88.813</b>	<b>87.453</b>

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O tratamento contábil dos itens componentes do patrimônio líquido estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.21.

### 18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 100.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

Em 2021 houve um aumento no capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, oriunda da destinação do resultado de 2020, no montante de R\$ 7.858.968, sem emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida em 26 de abril de 2021 e autorizado pelo BACEN em julho de 2021, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003. Dessa forma o capital passou a ser de R\$ 61.842.148.

## 18.2. Ajustes de avaliação patrimonial

	2021	2020
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	2.453.665	3.199.459
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios	3.185.740	59.220
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de controladas	(110.820)	(447.899)
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	15.978	9.232
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda <sup>(1)</sup>	14.864.553	28.976.610
De títulos próprios	14.797.281	29.006.807
De ativos de empresa controlada (BNDESPAR)	67.272	(30.197)
<b>Total</b>	<b>20.409.116</b>	<b>31.796.622</b>
Ajustes de avaliação patrimonial - próprios	17.983.021	29.066.027
Ajustes de avaliação patrimonial - de coligadas e controladas	2.426.095	2.730.595

<sup>(1)</sup> Para efeito da Resolução CMN n.º 4.175/2002, vide Nota Explicativa n.º 7.1.2.

## 18.3. Destinação do resultado e distribuição dos lucros

### Destinação do Resultado

	2021	2020
Resultado do exercício	34.069.089	20.681.496
Valores destinados	34.069.089	20.681.496
Destinação do resultado		
Reserva legal - 5% <sup>(1)</sup>	1.703.454	1.034.075
Remuneração ao acionista	8.687.076	4.911.855
. Remuneração ao acionista mínima obrigatória - 25% <sup>(2)</sup>	8.091.409	4.911.855
. Remuneração ao acionista complementar <sup>(2)</sup>	595.667	-
Reserva para futuro aumento de capital	12.946.254	7.858.968
Reserva para equalização de dividendos	10.732.305	6.876.598

<sup>(1)</sup> Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, deixar de constituir quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.

<sup>(2)</sup> As remunerações referentes ao exercício de 2021 foram pagas durante o próprio exercício.

### Pagamento de dividendos

Em 2021 o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

2021			
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago (*)
Dividendos mínimos obrigatórios na forma de juros sobre o capital próprio	2020	3.186.745	3.210.973
Dividendos mínimos obrigatórios	2020	1.725.110	1.738.225
Dividendos mínimos obrigatórios intermediários na forma de juros sobre o capital próprio	1º semestre/2021	3.621.404	3.590.069
Dividendos complementares intermediários na forma de juros sobre o capital próprio	1º semestre/2021	310.501	307.814
Dividendos complementares intermediários	1º semestre/2021	4.755.171	4.718.283
<b>Total</b>		<b>13.598.931</b>	<b>13.565.364</b>

(\*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

Durante o 3º trimestre de 2021, a administração do BNDES decidiu pela aprovação de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários no valor de R\$ 4.718.283 e R\$ 3.897.883, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 8.616.166 pagos em novembro de 2021.

## 19. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.750/2009.

### 19.1. Transações com controladas

As seguintes operações entre as empresas, incluídas na consolidação, foram eliminadas nas demonstrações consolidadas:

	2021			2020		
	FINAME	BNDESPAR	Total	FINAME	BNDESPAR	Total
<b>Ativo</b>						
Operações de repasses	76.790.591	-	76.790.591	73.794.601	-	73.794.601
. Moeda nacional	53.258.851	-	53.258.851	50.434.123	-	50.434.123
. Moeda estrangeira	23.531.740	-	23.531.740	23.360.478	-	23.360.478
Dividendos a receber	228.580	4.668.149	4.896.729	87.285	2.832.368	2.919.653
Pagamentos a ressarcir	59.935	124.713	184.648	54.618	126.621	181.239
Outros créditos	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>						
Operações compromissadas	2.613.383	50.629.913	53.243.296	275.920	38.923.297	39.199.217
Outras obrigações	-	1	1	1	-	1

	2º semestre de 2021			2021			2020		
	FINAME	BNDESPAR	Total	FINAME	BNDESPAR	Total	FINAME	BNDESPAR	Total
<b>Receitas</b>									
Operações de repasses	5.372.192	-	5.372.192	7.008.275	-	7.008.275	8.205.633	-	8.205.633
. Moeda nacional	2.708.120	-	2.708.120	4.977.741	-	4.977.741	3.091.960	-	3.091.960
. Moeda estrangeira	2.664.072	-	2.664.072	2.030.534	-	2.030.534	5.113.673	-	5.113.673
Outras receitas	-	-	-	769	92.517	93.286	14.915	172.553	187.468
<b>Despesas</b>									
Operações compromissadas	(92.446)	(1.318.349)	(1.410.795)	(141.669)	(1.892.988)	(2.034.657)	(68.557)	(873.787)	(942.344)

### 19.2. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Títulos públicos federais (Nota Explicativa n.º 6)	87.646.614	106.297.952
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa n.º 19.2.1)	2.033.029	1.334.031
<b>Passivo</b>		
Obrigações por repasses no país (Nota Explicativa n.º 10.1.c)	101.318.093	158.463.841
Outras obrigações com STN	3.880	16.354
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa n.º 19.2.3)	23.096.847	36.794.774
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	4.911.855

	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>Resultado</b>			
Resultado com títulos públicos federais	2.376.544	3.399.464	4.897.790
Receitas com outros créditos – equalização (Nota Explicativa n.º 5.11)	2.670.988	4.759.683	2.517.334
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(3.538.931)	(6.699.973)	(9.582.088)
Despesas com outras obrigações – equalização (Nota Explicativa n.º 5.11)	(4.069)	(19.112)	(45.099)

### 19.2.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	2021	2020
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	1.970.975	1.277.045
Outros créditos	62.054	56.986
<b>Total</b>	<b>2.033.029</b>	<b>1.334.031</b>

Os créditos perante o Tesouro Nacional são em sua maioria valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Trata-se da diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com a Portaria MF nº 950, de 24 de dezembro de 2015, os valores de equalização do Programa de Sustentação do Investimento - PSI serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano.

A composição dos saldos é a seguinte:

	2021	2020
Valores Apurados em:		
2021	1.967.399	-
2020	521	1.273.442
Anteriores a 2020	3.055	3.603
<b>Total</b>	<b>1.970.975</b>	<b>1.277.045</b>

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	2021			2020		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	446.679	830.366	1.277.045	901.968	972.425	1.874.393
.Valores apurados nos exercícios	625.315	4.122.564	4.747.879	1.047.863	1.459.844	2.507.707
. Atualização Monetária	-	1.667	1.667	-	172	172
. Recebimentos	(769.347)	(3.286.118)	(4.055.465)	(1.503.152)	(1.167.784)	(2.670.936)
. Constituição de Provisões (*)	-	-	-	-	(436.208)	(436.208)
. Outras	-	(151)	(151)	-	1.917	1.917
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>302.647</b>	<b>1.668.328</b>	<b>1.970.975</b>	<b>446.679</b>	<b>830.366</b>	<b>1.277.045</b>

\* Redução ao valor recuperável, conforme prática contábil descrita na Nota 26.3.1.

### 19.2.2 Repasses no país – Tesouro Nacional

Vide Nota Explicativa n.º 10.1.c.

### 19.2.3. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 31 de dezembro de 2021 existiam quatro contratos de dívida celebrados com a União que compõem o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.192/2013:

- (i) Contrato n.º 867/PGFN/CAF - Contrato de financiamento celebrado em junho de 2013 entre o BNDES e a União, para concessão de crédito ao BNDES no valor de R\$ 15.000.000, mediante a emissão de títulos da dívida pública federal interna. Em 1º de julho de 2021, o BNDES efetuou a liquidação parcial desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional no montante de R\$ 13.500.000. Esse valor considera o volume total de instrumentos híbridos incluídos no cronograma de melhores esforços de devolução de recursos ao Tesouro Nacional apresentado ao Tribunal de Contas da União - TCU em atendimento ao Acórdão n.º 56/2021 – TCU-Plenário.
- (ii) Contratos n.º 963 e 964/PGFN/CAF - Instrumentos de novação e confissão de dívida celebrados em junho de 2014 entre o BNDES e a União, nos valores de R\$ 8.731.760 e R\$ 6.807.216, respectivamente.

(iii) Contrato n.º 1018/PGFN/CAF - Instrumento de desmembramento de dívida celebrado em dezembro de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 5.000.000.

Esses contratos não possuem vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	2020	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	Amortização	2021
Variável, limitada à TJLP	867/PGFN/CAF	15.530.038	76.597	(534.635)	(13.500.000)	1.572.000
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	9.040.302	421.801	(311.219)	-	9.150.884
Variável, limitada à TJLP	964/PGFN/CAF	7.047.755	328.832	(242.624)	-	7.133.963
Variável, limitada à TJLP	1018/PGFN/CAF	5.176.679	241.532	(178.211)	-	5.240.000
<b>Total</b>		<b>36.794.774</b>	<b>1.068.762</b>	<b>(1.266.689)</b>	<b>(13.500.000)</b>	<b>23.096.847</b>
Circulante		1.255.798				1.057.871
Não circulante		35.538.976				22.038.976

#### 19.2.4. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

### 19.3. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Eletrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2021	2020
<b>Ativo</b>	<b>58.749.026</b>	<b>72.482.745</b>
Operações de créditos e repasses interfinanceiros	54.199.593	64.369.338
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(700.998)	(682.690)
Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF	-	-
Direitos a receber - Eletrobras	5.045.893	8.711.821
Outros	204.538	84.276
<b>Passivo</b>	<b>384.932.221</b>	<b>354.914.354</b>
Empréstimos e repasses no país	27.496.508	29.466.539
Fundos financeiros e de desenvolvimento	8.867.488	8.741.749
FAT Constitucional - dívidas subordinadas	340.713.933	307.807.297
FAT Depósito especial	6.641.264	7.181.869
Emissão de debêntures	1.104.756	1.552.183
Outros	108.272	164.717

#### 19.4. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece Apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foram de R\$ 105.253 e a receita com os serviços foram de R\$ 29.705.

## 19.5. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 17:

	2021	2020	
<b>Passivo</b>			
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar (PBB)	1.920.688	3.479.669	
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde (PAS)	3.634.405	4.809.207	
<b>Patrimônio líquido</b>			
Ajuste de avaliação patrimonial – PBB	2.912.984	1.004.290	
Ajuste de avaliação patrimonial – PAS	495.921	(996.307)	
	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>Despesas</b>			
PBB	(277.852)	(528.089)	(719.968)
PAS	(264.065)	(496.690)	(562.903)

## 19.6. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 7.2.2. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Direitos e recebíveis	10.414	108.433
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(104)	(1.897)

## 19.7. Remuneração de empregados e dirigentes

Em Assembleias Gerais Extraordinárias da BNDESPAR e da FINAME, ambas realizadas em 23.03.2020, foram aprovadas alterações dos seus Estatutos Sociais, estabelecendo-se que os Conselhos de Administração e Fiscal dessas empresas passam a ser compostos pelos membros desses respectivos Conselhos do BNDES. Assim, o Sistema BNDES passou a ter a unificação dos seus Conselhos.

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES: membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e dos Conselhos Fiscais:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo:		
Honorários, benefícios e encargos	17.348	16.745
RVA (Parcela à vista)	952	652
Benefícios pós emprego:		
Remuneração compensatória - quarentena	445	535
Benefícios de Longo Prazo:		
RVA (Parcelas diferidas)	1.148	999
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:		
Férias proporcionais e indenizadas	23	-

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob a supervisão do BACEN.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados no exercício:

	2021		2020	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	80,84	85,21	80,84	76,79
Menor Salário	8,10	4,20	8,10	3,94
Salário Médio	34,97	33,25	31,64	31,07

## 19.8. Participação nos lucros

Composição do saldo de despesas com participação nos lucros:

	2021	2020
Dirigentes (Remuneração Variável Anual - RVA)	2.143	2.127
Provisão antes do rateio entre empresas do Sistema BNDES	2.143	2.127
Rateio entre empresas do Sistema BNDES <sup>(1)</sup>	-	-
Empregados	251.427	247.735
Provisão antes do rateio entre empresas do Sistema BNDES	251.427	247.735
Rateio entre empresas do Sistema BNDES <sup>(1)</sup>	-	-
<b>Total</b>	<b>253.570</b>	<b>249.862</b>

<sup>(1)</sup> Existe entre as empresas do Sistema BNDES um convênio cujo objetivo é centralizar as atividades corporativas e outras atividades meio necessárias à consecução dos objetivos institucionais das subsidiárias no BNDES, reduzindo custos. Para não distorcer os resultados de cada empresa individualmente, por conta da centralização das atividades e consequentemente de custos, foi estabelecido um critério de rateio mensal dessas despesas administrativas e de pessoal, que além de outras, inclui as despesas com a participação nos lucros e resultados dos dirigentes. Conforme previsto no estatuto da BNDESPAR e da FINAME, suas diretorias são compostas pelos mesmos integrantes da diretoria do BNDES.

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	2021		2020	
	Adminis-tração	Empre-gados	Adminis-tração	Empre-gados
Saldo no início do exercício	4.210	247.735	3.820	180.026
Ajustes (valor prov. / exerc. anteriores)	(157)	(21.624)	(108)	(5.059)
Pagamentos realizados	(2.100)	(226.111)	(1.651)	(174.967)
Ajuste provisão RVAs - diferidas (*)	237	-	22	-
Provisão do exercício	2.143	251.427	2.127	247.735
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>4.333</b>	<b>251.427</b>	<b>4.210</b>	<b>247.735</b>

(\*) O ajuste dos valores diferidos decorre de 4 motivos: i) reajustamento dos honorários dos Dirigentes; ii) diferença na apuração dos indicadores, com base no relatório da auditoria interna; e iii) redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e iv) atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	2021	2020
2021	-	2.389
2022	2.282	893
2023	976	574
2024	718	354
2025	357	-
<b>Total</b>	<b>4.333</b>	<b>4.210</b>

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores participações nos lucros e resultados pagas a empregados e membros da Diretoria (RVA) do Sistema BNDES no exercício:

	2021		2020	
	Diri-gentes	Empre-gados	Diri-gentes	Empre-gados
Maior Participação nos Lucros	133,10	229,75	161,93	167,50
Menor Participação nos Lucros	0,23	3,48	0,65	1,60
Participação nos Lucros Média	65,64	87,47	39,30	66,23

## 20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E RESULTADO RECORRENTE

### 20.1. Informação Por Segmento

Conforme metodologia descrita na Nota Explicativa n.º 26.16, apresentamos a seguir as informações por segmento de negócios do Sistema BNDES referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparativamente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020:

	2021				
	Financiamentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	39.246.653	-	-	-	39.246.653
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5.116.979	-	9.717.605	-	14.834.584
Despesas de Captação	(28.650.365)	(2.978.422)	(942.076)	-	(32.570.863)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(559.048)	-	(559.048)
<b>PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>15.713.267</b>	<b>(2.978.422)</b>	<b>8.216.481</b>	-	<b>20.951.326</b>
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	2.886.041	-	(166.716)	-	2.719.325
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>18.599.308</b>	<b>(2.978.422)</b>	<b>8.049.765</b>	-	<b>23.670.651</b>
Resultado com Participações Societárias	-	30.555.990	-	-	30.555.990
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.061.447)	(228.649)	(116.731)	-	(2.406.827)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.844.234)	(926.604)	141.472	-	(2.629.366)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>14.693.627</b>	<b>26.422.315</b>	<b>8.074.506</b>	-	<b>49.190.448</b>
Tributos sobre o Lucro	(4.991.989)	(5.197.133)	(2.828.431)	(781.474)	(13.799.027)
Participação nos Resultados	(217.183)	(24.089)	(12.298)	-	(253.570)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>9.484.455</b>	<b>21.201.093</b>	<b>5.233.777</b>	<b>(781.474)</b>	<b>35.137.851</b>
<b>ATIVOS</b>	<b>451.550.844</b>	<b>68.080.227</b>	<b>198.623.487</b>	<b>18.952.523</b>	<b>737.207.081</b>
Investimentos em coligadas (MEP)		11.793.115			11.793.115

  

	2020				
	Financiamentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	30.942.929	-	-	-	30.942.929
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	1.236.024	-	5.766.874	-	7.002.898
Despesas de Captação	(19.922.960)	(2.212.045)	(1.717.849)	-	(23.852.854)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	8.752	-	8.752
<b>PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>12.255.993</b>	<b>(2.212.045)</b>	<b>4.057.777</b>	-	<b>14.101.725</b>
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	(544.238)	-	(401.467)	-	(945.705)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>11.711.755</b>	<b>(2.212.045)</b>	<b>3.656.310</b>	-	<b>13.156.020</b>
Resultado com Participações Societárias	(339.980)	25.408.818	(27.926)	-	25.040.912
Despesas Administrativas e com Pessoal	(1.914.775)	(202.284)	(157.280)	-	(2.274.339)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.325.958)	(1.037.730)	547.304	-	(2.816.384)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>7.131.042</b>	<b>21.956.759</b>	<b>4.018.408</b>	-	<b>33.106.209</b>
Tributos sobre o Lucro	(1.923.675)	(7.485.894)	(1.380.313)	(97.626)	(10.887.508)
Participação nos Resultados	(210.360)	(22.223)	(17.279)	-	(249.862)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.997.007</b>	<b>14.448.642</b>	<b>2.620.816</b>	<b>(97.626)</b>	<b>21.968.839</b>
<b>ATIVOS</b>	<b>451.550.844</b>	<b>68.080.227</b>	<b>198.623.487</b>	<b>18.951.858</b>	<b>737.206.416</b>
Investimentos em coligadas (MEP)		11.793.115			11.793.115

## 20.2. Resultados Recorrentes

Em atendimento a Resolução BCB n.º 2/2020, apresentamos a reconciliação dos resultados recorrentes e não recorrentes do Sistema BNDES referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparativamente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020. As definições sobre resultado recorrente e não recorrente podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.23.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Lucro Contábil	Efeitos não recorrentes	Lucro Recorrente	Lucro Contábil	Efeitos não recorrentes	Lucro Recorrente
Receita com Operações de Crédito e Repasses	39.246.653	-	39.246.653	30.942.929	-	30.942.929
Receita com Títulos e Valores Mobiliários	14.834.584	3.811.190	11.023.394	7.002.898	-	7.002.898
Despesas de Captação	(32.570.863)	-	(32.570.863)	(23.852.854)	-	(23.852.854)
Efeito Líquido do Câmbio	(559.048)	-	(559.048)	8.752	-	8.752
<b>PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>20.951.326</b>	<b>3.811.190</b>	<b>17.140.136</b>	<b>14.101.725</b>	-	<b>14.101.725</b>
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	2.719.325	-	2.719.325	(945.705)	-	(945.705)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>23.670.651</b>	<b>3.811.190</b>	<b>19.859.461</b>	<b>13.156.020</b>	-	<b>13.156.020</b>
Resultado com Participações Societárias	30.555.990	22.264.812	8.291.178	25.040.912	22.759.623	2.281.289
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.406.827)	-	(2.406.827)	(2.274.339)	-	(2.274.339)
Outras Despesas, Líquidas	(2.629.366)	(1.037.394)	(1.591.972)	(2.816.384)	(1.750.487)	(1.065.897)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>49.190.448</b>	<b>25.038.608</b>	<b>24.151.840</b>	<b>33.106.209</b>	<b>21.009.136</b>	<b>12.097.073</b>
Tributos sobre o Lucro	(13.799.027)	(8.312.230)	(5.486.797)	(10.887.508)	(7.816.680)	(3.070.828)
Participação nos Resultados	(253.570)	-	(253.570)	(249.862)	-	(249.862)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>35.137.851</b>	<b>16.726.378</b>	<b>18.411.473</b>	<b>21.968.839</b>	<b>13.192.456</b>	<b>8.776.383</b>
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	-	2.719.325	(2.719.325)	-	(945.705)	945.705
Tributos sobre a PRC	-	(1.173.781)	1.173.781	-	412.869	(412.869)
<b>LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE, AJUSTADO PELA PRC</b>	<b>35.137.851</b>	<b>18.271.922</b>	<b>16.865.929</b>	<b>21.968.839</b>	<b>12.659.620</b>	<b>9.309.219</b>

No julgamento da Administração, os itens não recorrentes, embora relacionados aos negócios da Companhia, não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis, sendo destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado.

O resultado com participações societárias não recorrente refere-se a operações recentes de alienação de investimentos e resultados obtidos com investimentos em coligadas, que possuem caráter esporádico e não permanente.

A provisão para risco de crédito, embora classificada como evento recorrente, historicamente impacta o resultado do BNDES de forma adversa, ora pela constituição de provisão em contextos específicos, ora pela reversão em virtude da recuperação de créditos. Visando possibilitar a análise desse impacto sobre o resultado recorrente da instituição, apresentamos também o lucro líquido recorrente ajustado pela PRC.

A tabela a seguir apresenta, de forma complementar, os itens não recorrentes líquidos dos efeitos tributários.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>35.137.851</b>	<b>21.968.839</b>
<b>(-) Eventos não recorrentes, líquidos de tributos</b>	<b>16.726.378</b>	<b>13.192.456</b>
Alienações de Debêntures	2.150.995	-
Alienações de Participações Societárias	8.416.287	14.144.021
Resultado com Equivalência Patrimonial	4.276.712	419.951
Impairment de Ativos	3.357.139	(389.614)
Resultado com Derivativos	(115.645)	240.156
Outros Resultados com Participações Societárias	72.087	(49.479)
Provisão para Contingências	(103.219)	(116.430)
Outras Despesas	(546.505)	(958.523)
Ajuste de Créditos Tributários <sup>(1)</sup>	(781.473)	(97.626)
<b>Lucro Líquido Recorrente do exercício</b>	<b>18.411.473</b>	<b>8.776.383</b>
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	(1.545.544)	532.836
<b>Lucro Líquido Recorrente, ajustado pela PRC</b>	<b>16.865.929</b>	<b>9.309.219</b>

<sup>(1)</sup> Efeito de mudança na expectativa de realização das diferenças temporárias e eventual alteração de alíquota.

As políticas contábeis adotadas na apuração da demonstração do resultado recorrente são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

## 21. GESTÃO DE RISCOS

### 21.1. Gerenciamento de Riscos, Controle Interno e Segurança da Informação

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) do BNDES são responsáveis por:

- Definir e propor à Diretoria e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação para o Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras potenciais decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para devedores duvidosos de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES;
- Avaliar a qualidade do sistema de controle interno do Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação no âmbito do Sistema BNDES;
- Manter e aperfeiçoar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios do Sistema BNDES;
- Desenvolver e monitorar o Sistema de Gestão de Apetite ao Risco do Sistema BNDES; e
- Promover o tratamento, o acompanhamento e a governança dos riscos cibernéticos.

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos, de controle interno e de segurança da informação.

Compõem a estrutura de gerenciamento desses temas no BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; *Chief Risk Officer* (CRO); Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Comitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos, controle interno e segurança da informação.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira (AF), responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (“teste de estresse”); (iii) AIC, responsável por estimar o risco operacional que compõe a necessidade de capital; (iv) Área de Planejamento (AP), responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; (v) Unidade de Validação (UVAL/AIC), responsável pela elaboração do relatório de validação independente do ICAAP; e (vi) Área de Auditoria Interna (AT), que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução BACEN n.º 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-pilar3/>.

### 21.1.1. Risco Operacional, Controle Interno e Segurança da Informação

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Conforme essa definição, o risco operacional inclui o risco legal. Também é gerenciado o risco cibernético, que trata de risco de segurança da informação que envolve ativo de tecnologia da informação e que pode implicar em perdas resultantes de incidentes cibernéticos. Já o controle interno é um processo desenvolvido para mitigar riscos e executado em todos os níveis da Instituição, tendo grande importância na gestão destes riscos.

Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, com seus respectivos controles. Adicionalmente, a unidade de gestão de risco operacional e controle interno desenvolve atividades de avaliação da qualidade do sistema de controle interno, gestão da continuidade de negócios, gestão do risco cibernético, alocação e avaliação da suficiência do capital regulamentar, além de manter um processo contínuo de comunicação e disseminação da cultura de risco, controle interno e segurança da informação.

Todas as atividades se baseiam em metodologias definidas com base nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

O fortalecimento da cultura de riscos operacionais, de controle interno e de segurança da informação na Instituição é suportado por um plano de comunicação desenvolvido com o objetivo de guiar ações que incluem apresentações, treinamentos, elaboração de manuais, inserções na mídia interna sobre esses temas, bem como a disponibilização de informações na *Intranet*.

## Gestão de Segurança da Informação

No Sistema BNDES, a gestão deste tema é pautada pelas diretrizes do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), aprovado formalmente pelo Conselho de Administração. Este sistema objetiva a preservação da confidencialidade, disponibilidade e integridade dos processos e ativos de informação, de propriedade ou sob a custódia do Sistema BNDES, sendo composto pela Política Corporativa de Segurança da Informação, pelo Plano Estratégico de Segurança da Informação e pelo Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação.

Tais normas constituem a política de segurança cibernética e o plano de ação e de resposta a incidentes definidos pela Resolução CMN nº 4.893/2021. Além de estabelecer diretrizes para a adequada governança e gestão de segurança da informação, o SGSI formaliza responsabilidades e estabelece a estrutura de gestão.

Neste contexto, as principais atribuições da unidade gestão de risco operacional e controle interno envolvem (i) realizar a gestão de vulnerabilidades em ativos de informação críticos; (ii) definir a metodologia para gestão de riscos cibernéticos; (iii) promover o tratamento, o acompanhamento e a governança dos riscos identificados; (iv) validar aspectos de segurança da informação em projetos; (v) verificar as ocorrências e tratar os incidentes relacionados à segurança da informação; (vi) promover a adequada gestão de acessos; (vii) elaborar, manter e propor padrões e normas para disciplinar a gestão de segurança da informação; e (viii) realizar ações de comunicação para conscientização e prevenção de incidentes de segurança da informação.

## Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional ( $RWA_{OPAD}$ ), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN n.º 3.640/2013.

A parcela  $RWA_{OPAD}$  passou de R\$ 37.814.843, em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 59.208.432, em 31 de dezembro de 2021. O aumento da parcela ocorreu em função do aumento significativo do Indicador de Exposição (IE) referente ao 2º semestre de 2020, considerado apenas na apuração da parcela em vigor em 31 de dezembro de 2021. O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

### 21.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

## Mensuração do Risco de Mercado e Governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de não negociação corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação. As técnicas de gerenciamento de riscos podem variar conforme essa classificação de risco.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). O valor do risco de taxa de juros da carteira de não negociação para fins regulatórios, obedecendo a diretrizes explicitadas na Circular BACEN n.º 3.876/2018 e suas alterações posteriores, é resultado de uma ponderação entre os valores apurados pelo EVE e pelo NII. Por fim, as medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

## Indicador de risco para operações marcadas a mercado no Balanço e operações cambiais

O BNDES monitora e controla diariamente o risco de mercado de operações marcadas a mercado no Balanço Patrimonial da Instituição. A métrica utilizada nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,95, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Os valores para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, segregados por fator de risco, são apresentados na tabela abaixo:

Fatores de risco	2021	2020
Juros	144.301	73.675
Câmbio	9.090	236
Ações	2.010.810	2.421.668
Efeito Diversificação	(139.132)	(62.904)
<b>VaR total</b>	<b>2.025.069</b>	<b>2.432.675</b>

## Risco de taxa de juros da Carteira de Não Negociação

O BNDES utiliza duas metodologias para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A metodologia NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a metodologia EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas metodologias são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE), para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Métrica	2021	2020
ΔEVE	9.153.054	27.238.359
ΔNII	923.129	276.853
IRRBB (Total)	1.502.515	2.174.943

## Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado ( $RWA_{MPAD}$ ) e Parcela de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo a de risco de mercado ( $RWA_{MPAD}$ ) e mensalmente o risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) como uma combinação entre o EVE e o NII. Os componentes da parcela de risco de mercado e os valores do IRRBB são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento $RWA_{MPAD}$	2021	2020
$RWA_{JUR1}$	498.658	554.913
$RWA_{JUR2}$	-	-
$RWA_{JUR3}$	1.430.217	1.462.701
$RWA_{CAM}$	19.550.496	28.280.668
<b>Total parcela <math>RWA_{MPAD}</math></b>	<b>21.479.371</b>	<b>30.298.282</b>
<b>IRRBB</b>	<b>1.502.515</b>	<b>2.174.943</b>

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações ( $RWA_{ACS}$ ) e de commodities ( $RWA_{COM}$ ) foram nulos ao final dos exercícios analisados, visto que o BNDES não possui exposições a ações em sua carteira de negociação e não possui exposição a *commodities*.

### Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	2021	2020
<b>Operações de renda fixa</b>			
Juros	Selic / DI	60.821.617	45.103.828
Juros	TJLP	(13.808.548)	(5.549.705)
Juros	Prefixado	4.465.340	4.333.194
Juros	IGPM	768.979	4.884.239
Juros	IPCA	5.106.961	4.930.172
Juros	TR	(6.357.700)	(6.901.487)
Câmbio	Moeda Estrangeira	(758.336)	68.800
<b>Operações de renda variável</b>			
Preços	Ações	51.511.862	64.784.952
Preços	Debêntures Conversíveis em ações	490.577	1.150.810
Preços	Opções de ações	683.389	428.449

## Análise de sensibilidade

Sob orientação da Resolução BACEN n.º 02/2020, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros presentes nas operações do BNDES, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para o BNDES. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado. As tabelas a seguir apresentam os resultados desse exercício para a posição de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	2021		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
<b>Operações de renda fixa</b>					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(230.824)	(946.957)	(1.578.262)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(50.125)	(138.527)	(277.055)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(34.051)	(6.810)	(11.350)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(5.006)	(6.574)	(10.956)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(13.224)	(37.564)	(62.607)
Juros	TR	Alta TR	(21.155)	(14.223)	(28.446)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(1.776)	(125.125)	(250.251)
<b>Operações de renda variável</b>					
Preços	Ações	Queda nas cotações	5.871.630	(8.499.457)	(16.998.915)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(121.642)	(228.297)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(280.695)	(531.407)

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	2020		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
<b>Operações de renda fixa</b>					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(184.565)	(169.681)	(282.801)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(9.890)	(40.199)	(80.399)
Juros	Prefixado	Queda PRE	35.523	(5.651)	(9.418)
Juros	IGPM	Queda IGPM	165.371	3.546	5.910
Juros	IPCA	Queda IPCA	6.508	(25.250)	(42.084)
Juros	TR	Alta TR	(6.832)	-	-
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(1.629)	(9.082)	(15.136)
<b>Operações de renda variável</b>					
Preços	Ações	Queda nas cotações	3.383.049	(10.689.517)	(21.379.034)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(434.513)	(850.730)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(9.779)	(11.533)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco consideradas na análise de sensibilidade, em cumprimento da Resolução BACEN n.º 02/2020, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem a percepção dos riscos de mercado do BNDES no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES, são apresentadas para fins de referência.

### 21.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

A tabela a seguir apresenta os valores desses indicadores para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Indicadores de Risco de Liquidez	2021 (nova metodologia)	2020 (metodologia antiga)
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	26,6	8,7
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	6,4	11,7
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,4	1,4

#### 21.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

#### Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplimento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

## Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pelas Circulares Bacen n.º 3.644/13 e n.º 3.809/16. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito ( $RWA_{CPAD}$ ) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada ( $RWA_{CPAD}$ ). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	2021	2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	396.137	609.442
Títulos e Valores Mobiliários	63.942.283	79.254.533
Repasse Interfinanceiros	78.561.707	81.104.366
Operações de Crédito	211.366.895	193.514.018
Outros Direitos a receber	1.308.108	1.541.179
Investimentos e Imobilizado de Uso	11.448.385	10.330.404
Compromissos de Crédito e Saldos a liberar	10.990.973	22.217.697
Créditos Tributários	11.245.396	13.150.069
Demais itens do $RWA_{CPAD}$	3.722.442	2.362.174
<b>Exposição TOTAL da parcela do <math>RWA_{CPAD}</math></b>	<b>392.982.326</b>	<b>404.083.882</b>

## Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 2.844/2001 e n.º 4.589/17, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

## Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	Posição Mitigada	
	2021	2020
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional	40.011.749	45.735.896
Garantia prestada pelo Fundo de Garantia a Exportação – FGE <sup>(1)</sup>	-	17.940.254
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) <sup>(2)</sup>	2.925.150	7.310.886
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	9.550.689	11.823.425
Títulos Públicos Federais, caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro	1.410.366	1.353.703
<b>Total</b>	<b>53.897.954</b>	<b>84.164.164</b>

<sup>(1)</sup> A Resolução BCB nº 83 revogou o § 1º do art. 27 da Circular BACEN nº 3.809, não sendo mais permitida a utilização do Fundo de Garantia a Exportação (FGE) como mitigador para fins de  $RWA_{CPAD}$ .

<sup>(2)</sup> A Circular BACEN nº 3.877 revogou o dispositivo da Circular BACEN nº 3.809 que autorizava a utilização dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) como mitigadores para fins de  $RWA_{CPAD}$ . A utilização deste mitigador ficou restrita aos contratos aprovados até a data da publicação do normativo.

## Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, é detalhada seguir:

	2021	2020
<b>Ativos Financeiros</b>		
<u>Mantidos até o vencimento</u>		
Títulos e Valores Mobiliários	6.290.758	3.777.561
Operações de crédito	296.775.995	298.574.571
Repasses Interfinanceiros	162.498.232	168.391.826
Outros Créditos	1.664.265	2.044.567
<u>Negociação</u>		
Títulos e Valores Mobiliários	67.721.578	79.642.429
<u>Disponíveis para venda</u>		
Títulos e Valores Mobiliários	85.401.103	103.940.947
<b>Compromissos a Liberar em até 360 dias</b>	<b>69.672.490</b>	<b>74.953.804</b>
<b>Total</b>	<b>690.024.421</b>	<b>731.325.705</b>

## 21.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

	Fórmulas	2021	2020
<b>I- Fator "F" do PR</b>	<b>PR / RWA</b>	<b>8,0%</b>	<b>8,0%</b>
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
<b>II- Adicional de Capital Principal (ACP)</b>	<b>ACP / RWA</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,25%</b>
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,0%	1,25%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
<b>Fator "F" do PR + ACP</b>	<b>(PR + ACP) / RWA</b>	<b>10,0%</b>	<b>9,25%</b>
<b>Capital Principal + ACP</b>	<b>(Capital Principal + ACP) / RWA</b>	<b>6,5%</b>	<b>5,75%</b>
<b>Nível I + ACP</b>	<b>(Nível I + ACP) / RWA</b>	<b>8,0%</b>	<b>7,25%</b>

## Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial é apresentado a seguir:

<b>CAPITAL REGULAMENTAR - Consolidado</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>190.283.623</b>	<b>194.493.120</b>
<b>Nível I</b>	<b>148.140.436</b>	<b>147.082.035</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>148.140.436</b>	<b>147.082.035</b>
Patrimônio Líquido	126.997.024	113.002.517
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	22.038.976	35.538.976
Ajustes Prudenciais	(895.564)	(1.459.458)
Ágios Pagos	(587.408)	(790.902)
Ativos Intangíveis	(6.131)	(11.050)
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(302.025)	(657.506)
<b>Nível II</b>	<b>42.143.187</b>	<b>47.411.085</b>
Dívidas subordinadas – FAT constitucional <sup>(1)</sup>	42.143.187	47.411.085
<b>Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) <sup>(2)</sup></b>	<b>473.670.129</b>	<b>472.197.007</b>
Risco de crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	392.982.326	404.083.882
Risco de mercado (RWA <sub>MPAD</sub> )	21.479.371	30.298.282
Risco operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	59.208.432	37.814.843
Risco Bancário (R <sub>BAN</sub> )	1.502.515	2.174.943
Total	<b>475.172.644</b>	<b>474.371.950</b>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) <sup>(3)</sup></b>	<b>37.893.610</b>	<b>37.775.761</b>
<b>Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - R<sub>ban</sub>)</b>	<b>150.887.498</b>	<b>154.542.416</b>
<b>Adicional de Capital Principal (ACP)</b>	<b>9.474.223</b>	<b>5.903.253</b>
ACP Conservação <sup>(4)</sup>	9.473.403	5.902.463
ACP Contracíclico <sup>(5)</sup>	820	790
<b>Índices</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Índice de Basileia (IB)	40,17%	41,19%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	31,28%	31,15%
Índice de Capital Principal (ICP)	31,28%	31,15%
Razão de Alavancagem (RA)	17,79%	17,04%

<sup>(1)</sup> Conforme artigo 29º-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 31.12.2021 correspondem à aplicação do limitador de 80% sobre o valor computado no Nível II em 30.06.2018 (em 31.12.2020, aplica-se o limitador de 90%).

<sup>(2)</sup> Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

<sup>(3)</sup> O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido corresponde à aplicação do fator de 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

<sup>(4)</sup> Instituído pelas Resoluções CMN n.º 4.443/2015 e n.º 4.783/2020. Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA em 31 de dezembro de 2020; e de 2,0% de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022.

<sup>(5)</sup> Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015 e alterações posteriores. Fica limitado ao percentual máximo de 2,50% em relação ao montante RWA, a partir de 1º de janeiro de 2019.

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, o Patrimônio de Referência do Conglomerado reduziu em R\$ 4.209.498, devido à queda no Ajuste de Avaliação Patrimonial, de R\$ 11.396.210, assim como por conta da liquidação antecipada de R\$ 13,5 bilhões do Contrato n.º 867/PGFN/CAF celebrado entre o BNDES e a União para concessão de crédito ao BNDES, registrado na conta de Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal. Essa queda foi parcialmente compensada pelo resultado do exercício.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWA<sub>CPAD</sub>), mercado (RWA<sub>MPAD</sub>) e operacional (RWA<sub>OPAD</sub>), apresentaram um crescimento de R\$ 1.473.122 (0,3%), devido ao aumento da parcela RWA<sub>OPAD</sub>, compensado em parte pela queda do RWA<sub>CPAD</sub>.

## 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 22.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

#### a) Fundos com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos mantidos em disponibilidade ou aplicados em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, além de outros ativos.

Valores aplicados	2021	2020
FMM - Fundo da Marinha Mercante	24.790.102	26.402.945
FT - Fundo de Terras e da Reforma Agrária	880.539	996.598
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	1.703.358	1.695.369
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	1.921.880	1.764.787
FA - Fundo Amazônia	3.583.826	3.549.553
FUNTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	634.230	449.727
FRD - Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização	240.908	244.182
FAT-DE- Fundo de Amparo ao Trabalhador Depósitos Especiais	6.641.264	7.181.869
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	3.945	2.616
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos <sup>(1)</sup>	1.409.496	1.370.138
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito <sup>(2)</sup>	21.034.328	20.762.531
<b>Total</b>	<b>62.843.876</b>	<b>64.420.315</b>

<sup>(1)</sup> A partir de dezembro de 2020 o FGI passou a ser apresentado no grupo de Fundos com valores mantidos ou aplicados no BNDES dado que a maior parte dos recursos passou a ser aplicada no BNDES, em operações compromissadas. A gestão dos recursos financeiros do FGI é de responsabilidade do BNDES e a parcela não aplicada no BNDES continuou aplicada no Banco do Brasil.

<sup>(2)</sup> Conforme Lei 14.042 de 19/08/2020.

#### b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	2021	2020
FGE	41.343.664	38.966.916
FGPC <sup>(1)</sup>	63.000	2.425.486
<b>Total</b>	<b>41.406.664</b>	<b>41.392.402</b>

<sup>(1)</sup> Com base no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, e na Portaria nº 759, de 22 de março de 2021, que determina que o superávit financeiro dos fundos públicos federais fossem centralizados na UG/Gestão 170012/0001, para posterior destinação à amortização da dívida pública da União, no dia 29 de março de 2021, foi realizada uma transferência de recursos do FGPC no valor de R\$ 2.417.588 para a UG indicada.

#### c) Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto nº 99.464/1990, tendo a Lei nº 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao PND. O FND é fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND.

## d) Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	2º semestre de 2021	2021	2020
PIS/PASEP	-	-	55.593
FMM - Fundo da Marinha Mercante	473.983	807.314	601.909
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	5.600	7.904	4.348
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	4.889	10.167	11.774
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	32	60	34
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito	104.874	207.461	72.647
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	7.436	14.687	14.224
FND – Fundo Nacional de Desestatização	8	15.035	2.344
<b>Total</b>	<b>596.822</b>	<b>1.062.628</b>	<b>762.873</b>

## 22.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. No ano de 2021, o BNDES não recebeu o depósito em sua própria conta referente à 2ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Após avaliação dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do CPC 25. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, os “ativos contingentes” não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

## 22.3. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

## 22.4. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa n.º 15), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

## 22.5 Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*), inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis, contempla avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes/>

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/objetivo3-conteudo>.

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Alienação de ações da Petrobras pela BNDESPAR

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022, a BNDESPAR alienou, em pregão na bolsa de valores (B3), a totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17,7 milhões de ações, correspondente a 0,24% do capital social votante da Petrobras, pelo montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 634.631 mil, ao preço médio unitário de R\$ 35,88 por ação. A participação da BNDESPAR no capital social total da Petrobras foi reduzida de 7,04% para 6,90% do capital total da Companhia investida.

### Alienação de ações da JBS pela BNDESPAR

Em 16 de fevereiro de 2022, dando continuidade à estratégia de desinvestimento de posições maduras, a BNDESPAR alienou, por meio de operação de *block trade* bolsa de valores (B3), 50 milhões de ações ordinárias de emissão da JBS S.A., no montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 1.867.896, ao preço unitário de R\$ 37,52 por ação ordinária (JBSS3), o que representou um desconto de 3% sobre a cotação de fechamento da ação na véspera da operação, fazendo com que a participação da BNDESPAR na JBS fosse reduzida de 21,55% para 19,45% do capital total e votante da Companhia investida, passando a deter o total de 461.661.101 ações ordinárias da JBS S.A.

## 24. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

### Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A estrutura do BNDES, cuja missão é viabilizar soluções financeiras que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, prioriza o (a):

- Expansão dos investimentos em infraestrutura com apoio à infraestrutura econômica, social e urbana;
- Aumento da competitividade das empresas brasileiras com o apoio a investimentos que as tornem mais capazes de explorar oportunidades e superar os desafios de seus mercados;
- Contribuição à inclusão social e econômica através de produtos que ampliem o acesso ao crédito;
- Apoio ao desenvolvimento de instituições públicas e à estruturação de projetos associados a concessões públicas e parcerias público-privadas; e
- Estímulo à inovação, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional nos projetos apoiados.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua, também, por meio de suas duas subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que investe por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de *venture capital* e *private equity* com objetivos, entre outros, de apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias, e de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais; e
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento, também por meio de agentes financeiros intermediários, à compra de máquinas e equipamentos de produção nacional e o financiamento de importações e exportações de máquinas e equipamentos.

## 25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- (i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- (ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- (iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- (iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

## 26. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDES:

### 26.1. Regime de apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

### 26.2. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

### 26.3. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do exercício.

#### 26.3.1 - Redução ao valor recuperável de ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

Adicionalmente, a existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta no reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

### 26.4. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do BNDES para o exercício apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	<b>Nota Explicativa</b>
Títulos e valores mobiliários e participações societárias	n.º 6 e 7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	n.º 5 e 6
Provisão para perdas em investimentos	n.º 7
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 15
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 16
Benefícios a empregados	n.º 17

## 26.5. Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerados a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas por, no mínimo, cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que estabelece a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, com a definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais. Historicamente, a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída pelo BNDES de acordo com a classificação de risco de suas operações se mostrou suficiente para cobrir as perdas esperadas com a carteira de crédito.

## 26.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e contabilizados de acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068/2001. As classificações são em três categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Os critérios de reconhecimento de perda permanente previstas no artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001 não se aplicam a algumas ações recebidas pelo BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria de “títulos disponíveis para venda”, conforme determinado pela Resolução CMN n.º 4.175/2012.

Na análise de perda permanente em ações classificadas na categoria “títulos disponíveis para venda”, o BNDES avalia o declínio significativo ou prolongado no valor justo dos instrumentos por meio de parâmetros quantitativos e qualitativos. Os parâmetros quantitativos levam em consideração as características de atuação do Sistema BNDES e principalmente o perfil de sua carteira de participações societárias, compatíveis com seu papel institucional. Adicionalmente, a avaliação de declínio no valor de mercado abaixo do custo é realizada individualmente, permitindo a análise minuciosa do percentual e do período da queda, das características de cada instrumento patrimonial, tais como risco do ativo, volatilidade da ação, estimativa de prêmio de controle quando aplicável, segmento de atuação, situação do ambiente macroeconômico, análises qualitativas e outros fatores relevantes.

Neste sentido, não obstante o atingimento dos parâmetros quantitativos, a Administração do BNDES verifica, na etapa conclusiva da análise, a existência de outros fatores que possam afetar o julgamento sobre a definição de declínio significativo ou prolongado, para fins de reconhecimento de perda permanente nos termos do artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001.

A avaliação e a classificação dos instrumentos financeiros derivativos seguem os critérios da Circular BACEN n.º 3.082/2002.

## Debêntures disponíveis para venda

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
  - investimentos fixos;
  - capital de giro;
  - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
  - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
  - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subsequentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures com derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR, foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na Circular BACEN n.º 3.082/2002, que requer a separação dos derivativos do instrumento principal. O instrumento principal é designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

## 26.7. Investimentos

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo. A maior parte destes investimentos está registrada nas demonstrações financeiras da BNDESPAR.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são preparadas de acordo com as interpretações e orientações do CPC aprovados pela CVM. Para a aplicação do método de equivalência patrimonial e para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do BNDES, as demonstrações financeiras da BNDESPAR foram ajustadas considerando as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A composição das empresas controladas, bem como os ajustes realizados no patrimônio da controlada BNDESPAR para adequação de práticas contábeis aceitas pelo CMN, e os outros investimentos, encontram-se descritos na Nota Explicativa n.º 7.2.1.

### 26.7.1. Investimentos em coligadas e controladas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais é exercida influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR, que representam mais de 20% do capital votante da investida, não conferem influência significativa, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante, por influenciar as políticas operacionais e financeiras.

Nos termos da Lei n.º 11.941/2009, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação do BNDES e do Sistema BNDES nos lucros ou prejuízos de suas controladas / coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as demonstrações financeiras das controladas apuradas na mesma data-base. Já sua controlada BNDESPAR, utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de até 60 dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de demonstrações financeiras na mesma data-base. Isso decorre do fato das coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada, e, conseqüentemente, cronogramas diversos de elaboração das demonstrações financeiras, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, é avaliada a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação (não resultantes de aportes de capital efetuados pela BNDESPAR) são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por controladas e/ou coligadas são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao valor justo ou pelo custo de aquisição são creditados diretamente no resultado do exercício.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição. O ágio é apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Os ágios cujos fundamentos econômicos não são identificados são amortizados integralmente. Os ágios decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade conforme a Resolução CMN n.º 3.566/2008.

Os deságios decorrentes de aquisição de investimentos cujo fundamento econômico não é identificado (outras razões econômicas) são baixados quando ocorrem as alienações dos investimentos.

### 26.7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: a) pelo preço de cotação da B3, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

### 26.7.2. Investimentos em ações disponíveis para venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como “Disponível para Venda” pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como “Disponível para Venda”, as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para o ativo em questão ou idênticos a ele, que se possa ter acesso na data da mensuração. Aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. Aplicado para: a) empresas com ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e b) empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão.

### 26.7.2.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda – consolidado

Ao final de cada semestre, a Administração realiza a análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, buscando identificar a existência de instrumentos que apresentam perda de caráter permanente. Para tal a Administração baseia-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, as características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos, e da avaliação do caráter permanente da perda.

A participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está apresentada no subgrupo de “Títulos e Valores Mobiliários”, na rubrica “Ações”, na categoria “Disponível para Venda” e a participação societária em empresas coligadas da carteira da BNDESPAR está apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica “Participação em Coligadas”.

Para detalhamento desta carteira, vide Nota Explicativa n.º 7.1.1.

## 26.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

## 26.9. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

## 26.10 Operações Compromissadas

### 26.10.1 Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação. O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

## 26.10.2 Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

## 26.10.3 Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

## 26.11. Instrumentos Financeiros Derivativos

### 26.11.1. Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para gerenciamento da exposição a riscos de mercado de ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos.

#### 26.11.1.1. Operações de bolsa

Dentro de limites aprovados por sua governança interna de gestão de riscos, o BNDES realiza operações principalmente com os seguintes contratos futuros negociados na B3: i) Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial; ii) Futuro de Cupom Cambial de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; iii) Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; e iv) Futuro de Cupom IPCA.

#### 26.11.1.2. Operações de balcão

Assim como nas operações de bolsa, as operações de balcão também são contratadas pelo BNDES com o objetivo de gerenciar as exposições cambiais e de taxas de juros de ativos e passivos.

Todas as operações de proteção financeira realizadas no mercado doméstico de balcão são registradas na B3. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

### 26.11.2. Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos com características de renda variável que resultam na geração de derivativos isolados ou derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos geralmente são opções de compra, de venda, de conversão de debêntures (em ações da emissora) ou de permuta de debêntures (em ações de outra empresa), não tendo, como finalidade, proteção patrimonial (*hedge*). A mensuração e o registro desses derivativos são feitos a valor justo.

## 26.12. Outros valores e bens

Composta basicamente por bens não destinados a uso, representados, principalmente, por imóveis os quais são ajustados pela constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes e por despesas antecipadas, que representam aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos seguintes, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

## 26.13. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

## 26.14. Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

## 26.15. Benefícios a empregados

### 26.15.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a última alteração de seu Regulamento, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 6.168,16 em 31/12/2021.

Entre os riscos relevantes associados ao PBB, têm-se:

- A incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/12/2021 era de R\$ 6.433,57 (seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018); e
- A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

## Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

## Estrutura Regulatória do Plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 1.166, de 12/12/2018, e publicada no DOU em 18/12/2018, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 9/2016 e n.º 25/2018**, que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar e disciplinam, respectivamente, as atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício, bem como as diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar.

## Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 20/12/2021, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,24% ao ano. O mesmo título encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/12/2021 a 5,32% ao ano, representando aumento de 0,08 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução MPS/CNPC n.º 29 de 13/04/2018, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A partir de 31/12/2020 o passivo passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação de Benefício Definido (contribuições normais, extraordinárias e déficit não equacionado) não coberta pelo valor justo dos ativos do plano, após adoção do compartilhamento de risco, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

### 26.15.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Banco oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro de 2021 e atualizada até 31 de dezembro de 2021, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

### 26.15.3. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

### 26.15.4. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

## 26.16. Informações por Segmento

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Financiamentos”; (ii) “Participações Societárias”; e (iii) “Tesouraria / ALM” (gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* – ALM).

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento “Financiamentos”: financiado com *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP / TLP / US\$ + Libor, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional, exceto as Debêntures, que são financiadas pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Participações Societárias”: financiado pela gestão integrada de recursos (“ALM”) com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.

• Segmento “Tesouraria / ALM”: contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Participações Societárias, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de captação total e aquele repassado aos Segmentos de Financiamentos, Participações Societárias e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração.

O apoio financeiro através de instrumentos de Financiamentos compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses, seguido de debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de Participações Societárias engloba investimentos, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio. O efeito de variação cambial de cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de “ALM”, que tem dentre suas atribuições gerir as exposições cambiais do Sistema BNDES.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

As despesas administrativas e com pessoal, assim como os ativos corporativos, são alocados aos segmentos de acordo com as premissas definidas no modelo de custos adotado para o Sistema BNDES. Com relação às despesas com tributos, a alocação é feita de acordo com a natureza do resultado tributável e da empresa do Sistema BNDES que o originou (dadas as diferentes alíquotas). Como “Não Alocado” são classificados apenas os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

## 26.17. FAT – Dívida Subordinada e Depósitos Especiais

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

### 26.17.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integrará a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base em duas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres – *LIBOR* – ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – “*Treasury Bonds*”; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro – “*euro area yield curve*”.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP e à TLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA, incidente sobre os recursos disponíveis, é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

### 26.17.2. FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

## 26.18. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 no mês (R\$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 25% e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota Explicativa n.º 15.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa, determinados pela Resolução CMN n.º 4.842/2020.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

A alíquota da CSLL foi majorada para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando para 20% a partir de 2022, conforme Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021. Dessa forma, o crédito tributário diferido a ser realizado foi constituído já considerando a nova alíquota vigente, em aderência a Resolução CMN nº 4.842/2020.

## 26.19. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Os ativos contingentes surgem de eventos não planejados ou não esperados que dão origem à possibilidade de ingresso de benefícios econômicos e que não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Sistema BNDES.

Entretanto, são divulgados em notas explicativas quando for provável o ingresso de benefícios econômicos, ou seja, na hipótese de a chance de ingresso ser maior do que a de não ingressar.

Adicionalmente, quando o ingresso de benefícios econômicos é praticamente certo, ou seja, na hipótese em que exista decisão judicial favorável definitiva que importe na probabilidade muito alta de ingresso para as empresas do Sistema BNDES e que não existam elementos que possam reverter a decisão, o ativo deve ser reconhecido como um direito a receber.

Com relação aos passivos contingentes, é considerado o risco de perda financeira, correspondente à probabilidade de saída de recursos das empresas do Sistema BNDES, classificado como:

I - provável, na hipótese de a chance de perder ser maior do que a de ganhar; ou

II - possível, na hipótese de a chance de perder ser igual a de ganhar; ou

III - remoto, na hipótese de a chance de ganhar ser maior do que a de perder.

O risco relacionado à probabilidade de ingresso de benefícios econômicos ou de saída de recursos para as empresas do Sistema BNDES no âmbito dos processos judiciais e administrativos, e o seu respectivo valor, são apurados com base em metodologia adotada pelo Jurídico.

A seguir está apresentado um quadro que resume o procedimento adotado pelo Sistema BNDES com base na metodologia adotada pelo Jurídico e seu alinhamento com as normas aplicáveis:

Possibilidade de ingresso de benefícios econômicos	Reflexo contábil
Praticamente certo	Registro do direito a receber
Provável	Divulgação do ativo contingente nas notas explicativas

Risco de saída de recursos	Reflexo contábil
Provável	Provisão integral do valor de risco financeiro como passivo contingente
Possível	Divulgação do passivo contingente nas notas explicativas
Remoto	Sem reflexo contábil

## 26.20. Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas se baseia na mesma metodologia de classificação de risco utilizada pelo BNDES para as operações de crédito, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1.999 – CMN. Nesse sentido, é utilizada a escala de nove níveis de risco de “AA” a “H”, bem como as proporções mínimas de provisão associadas a cada um deles.

Para fins de constituição da provisão das operações, inclusive para garantias prestadas, são considerados, conforme julgamento da Administração, seus riscos específicos, dos clientes e da conjuntura econômica. Em consonância com a Resolução CMN nº 4.512/2016 – CMN, é feita reavaliação mensal das provisões constituídas.

## 26.21. Patrimônio Líquido

### Dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. No caso da BNDESPAR e FINAME, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

### Reservas de Lucros

O estatuto social do BNDES contempla a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares e Reserva de Incentivos Fiscais.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares corresponde à aplicação do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado.

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar o fortalecimento da estrutura de capital do BNDES, e é constituída no percentual de 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei nº 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros – de incentivos fiscais.

### Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo.

## 26.22. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo as e despesas tributárias.

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2021 e 2020 foram:

	2021		2020	
	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio
BNDES	9.495.345	61%	8.636.107	55%
BNDESPAR	4.030.493	26%	4.916.411	31%
FINAME	2.047.319	13%	2.226.268	14%
<b>Total do Sistema</b>	<b>15.573.157</b>		<b>15.778.786</b>	

## 26.23. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes

A Resolução BCB n.º 2, de 27 de novembro de 2020, em seu parágrafo 4º do artigo 34, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Serfaty - Presidente

Walter Baere de Araújo Filho

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Sônia Aparecida Consiglio

Pedro Maciel Capeluppi

Marcelo Pacheco dos Guaravns

João Laudo de Camargo

Heloisa Belotti Bedicks

Fábio de Barros Pinheiro

Joisa Campanher Dutra Saraiva

### CONSELHO FISCAL

Pricilla Maria Santana – Presidente

Marília Moreira Garcez

Diogo Mac Cord de Faria

Antônio Simões Branco Junior - Suplente

### COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

### DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Bianca Nasser Patrocínio

Bruno Caldas Aranha

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Ricardo Wering de Barros

Rodrigo Donato de Aquino

Saulo Benigno Puttini

Solange Paiva Vieira

### SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patricia da Silva Barros

### CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva – CRC  
RJ 097.092/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

**Aos Conselheiros e Diretores do**

**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**

**Brasília – DF**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), identificadas como BNDES e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota Explicativa nº 2 – apresentação das demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### 1 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Conforme Notas Explicativas nº 5.6 e 26.5 das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES classifica suas operações de crédito e repasses interfinanceiros, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo.</p> <p>O BNDES aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99 a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e complementa, quando necessário, suas estimativas dessa provisão com base em estudos internos.</p> <p>A classificação das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros em níveis de risco, bem como a determinação dos percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do BNDES, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas de crédito dessas carteiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, incluindo as metodologias e os controles relacionados com a classificação das operações nos níveis de risco (“ratings”) e as principais premissas utilizadas e a exatidão aritmética do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros;</li> <li>— avaliação, com base em amostragem, das informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo BNDES, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturações operacionais e/ou financeiras, garantias, incluindo a avaliação dos impactos gerados pela pandemia da Covid-19;</li> <li>— avaliação, com base em amostragem, se o BNDES atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação</li> </ul>

Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19, inerentes à mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros;

- avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado os saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações do BNDES, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

## 2 – Títulos e valores mobiliários

Conforme Notas Explicativas nº 6 e 26.6 das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações sobre esses saldos de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários divulgadas em notas explicativas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.</p> <p>Para os instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida que o BNDES efetua julgamentos significativos para mensurar esses valores.</p> <p>Adicionalmente, os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, o que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação.</p> <p>Desta forma, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado e a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” como um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave implementados pelo BNDES sobre a mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros;</li> <li>— para uma amostra de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo BNDES para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados;</li> <li>— recálculo por amostragem, do valor de mercado desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, bem como análise da política e dos critérios referentes a indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento”; e</li> <li>— avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial descritas nas notas explicativas.</li> </ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, a avaliação dos indicadores de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.</p>

### 3 – Participações em Coligadas

Conforme Notas Explicativas nº 7 e 26.7 das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES, através de sua controlada BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, possui investimentos em ações de companhias de capital aberto e fechado, nas quais possui influência significativa, e, que compõem parte relevante de seu portfólio de investimentos, assim como contribuem de forma relevante para os resultados auferidos pelo BNDES ao longo do período.</p> <p>Esses investimentos são classificados na categoria contábil de “participações em coligadas” e são registrados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Quando há indícios de perdas, é necessária a realização de testes de redução ao valor recuperável (“impairment”) destas coligadas. As principais premissas dos modelos de avaliação econômica utilizados são: (i) o fluxo de caixa projetado da coligada; (ii) outros eventos macroeconômicos que possam ter impacto nos modelos de negócio; e (iii) o plano de negócio da companhia para os anos subsequentes.</p> <p>Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação dessas premissas, agravado pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19, e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelo auditores da controlada BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, a qual incluiu a discussão dos riscos de distorção de auditoria também relacionadas às estimativas e resultou no envio de instruções específicas aos auditores independentes desta controlada;</li> <li>— para responder aos riscos de distorção relacionados às participações em coligadas, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise das instruções do trabalho enviadas pelos auditores independentes das coligadas, dos procedimentos de auditoria realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito das distorções não corrigidas;</li> <li>— revisão dos papéis de trabalho do auditor da controlada BNDES Participações S.A. – BNDESPAR; e</li> <li>— avaliação da adequação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, descritas nas notas explicativas.</li> </ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor do investimento, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.</p>

#### 4 – Obrigações de benefícios a empregados

Conforme Notas Explicativas nº 17 e 26.15 das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. O BNDES contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave associados ao processo de mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo os controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados;</li> <li>— avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e</li> <li>— avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas.</li> </ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.</p>

## Ênfase

### Base de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos atenção para Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do BNDES para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente o nosso relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, em 24 de fevereiro de 2022.

### Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de o BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria das Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando



aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira  
Contador CRC RJ-077911/O-2